

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CRESPO, Enes Paulo. *Paulo Crespo (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 46 p. dat.

**PAULO CRESPO**  
**(depoimento, 1978)**

## ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Aspásia Alcântara de Camargo; Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Aspásia Alcântara de Camargo; Dulce Chaves Pandolfi

pesquisa e elaboração do roteiro: Aspásia Alcântara de Camargo; Dulce Chaves Pandolfi

sumário: Sônia Benevides

conferência da transcrição: Dulce Chaves Pandolfi; Sônia Benevides

copidesque: Elisabete Xavier de Araújo

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Recife - PE - Brasil

data: 14/04/1978 a 15/04/1978

duração: 3h 10min

fitas cassete: 03

páginas: 46

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975.

temas: Camponato, Igreja Católica, Ligas Camponesas (1955-1964), Paulo Crespo, Pernambuco, Política Estadual, Sindicatos de Trabalhadores.

## *Sumário*

### *1ª Entrevista:*

Origem rural; primeira paróquia em Jaboatão; a miséria na zona canavieira; o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco; os sindicatos rurais; a formação das lideranças camponesas; as Ligas Camponesas; a reforma agrária; a CNBB e a Mater et Magistra; reivindicações camponesas; o I Congresso de Trabalhadores Rurais; a legalização dos sindicatos rurais; as doações estrangeiras ao movimento; a Comissão Nacional de Sindicalização; áreas dos sindicatos rurais; Palmares.

### *2ª Entrevista:*

Tipos de trabalhadores rurais; salário profissional na zona da cana; os comunistas e a greve geral; o cambão; fiscalização sindical dos descontos assistenciais; Ligas Camponesas versus sindicatos rurais; disputa pelo sindicato de Jaboatão; a CLT e o trabalho rural; a manipulação política dos camponeses; Julião, Arrais e João Goulart; os sindicatos rurais cristãos; o governo Arrais; o SORPE; a Liga de Galiléia; o MEB e a AP; relações com padre Melo; o IBAD; padre Melo, Cid Sampaio e Arrais; o SORPE pós-1964; o imposto sindical; a função reivindicatória dos sindicatos; as cooperativas agrícolas; financiamento externos e estatais às cooperativas; a Igreja; os camponeses e os latifundiários; origem familiar; formação educacional e religiosa; o vigário de Bom Conselho; o Agreste e Jaboatão; estudos na França; o programa de rádio da diocese de Recife; o celibato; a dispensa do ministério presbiterial; o trabalho na CNBB.

*1ª Entrevista: 14.04.1978*

A.C. - Inicialmente, queria perguntar como o senhor veio para Pernambuco e de que maneira se envolveu com a Organização Sindical em Pernambuco nos anos 60.

P.C. - Eu sou de Pernambuco mesmo. Nasci em Bom Conselho, uma cidade aqui já no fim do Agreste, começando o Sertão.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.C. - Como vigário, percorria aqueles engenhos, aquelas capelas do interior. Fui tomando contato com a situação, a realidade, a vida naquela ocasião, de muita miséria, de muita pobreza, muita fome.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.C. - Nos anos 60, eu já era padre e fui nomeado vigário da cidade de Jaboatão, hoje aqui o Grande Recife.

A.C. - Foi a primeira paróquia?

P.C. - Foi a primeira paróquia. Havia um contingente bastante grande de agricultores. Lá estão duas usinas: a Usina Bulhões, a Usina de Jaboatão. E no meu trabalho, no dia a dia, tive contatos com os agricultores. Fui visitando as capelas, os sítios, os engenhos, ouvindo as confissões dos doentes. Percebi uma grande miséria e sofrimento, muita fome, muita nudez naqueles trabalhadores. E começava a me interrogar por que eles trabalhavam de sol a sol, trabalhavam tanto... por que viviam assim, em tanta miséria e tanto sofrimento. Será que Deus estava enganado quando dizia: "Comerás o pão com o suor do teu rosto...?" Eles realmente trabalhavam muito, suavam muito e, no entanto, não ganhavam nem o suficiente para comer, para se alimentar. Fui refletindo com outras pessoas, com outros colegas, com os próprios agricultores, que era até uma vergonha continuar dando esmolas a eles. Naquela época a gente fazia muito disso. Fazia bingos, festas, então arrecadava dinheiro, roupas, sapatos, remédios, para dar aos pobres, para dar a essas pessoas assim. Mas essas pessoas trabalhavam, então não precisavam de esmolas. Elas tinham que receber o suficiente para viver. Então, levando em conta, também, outras experiências que eu tive na França, com abbé Pierre, onde ele reunia os trapeiros, pessoas, assim, totalmente marginalizadas, mas lhes dando um novo valor, e eles começaram a se reunir, a resolver seus problemas, eu também, resolvi reunir os agricultores para eles resolverem seus problemas.

A.C. - O senhor já tinha estado na França?

P.C. - Tinha terminado meus estudos na França, no Instituto Católico de Paris.

A.C. - E abbé Pierre era exatamente o quê?

P.C. - O abbé Pierre, esse grande profeta da habitação popular, não é? Muito conhecido o trabalho dele com os trapeiros. Chama-se Chiffonniers de Emaús.

Tentei também reunir, organizar aqui os agricultores, os camponeses. Nessa ocasião no Rio Grande do Norte, o dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio Grande do Norte, tinha uma emissora rural, e estava fazendo um trabalho muito interessante, através do Serviço de Assistência Rural, com grupos de agricultores, para orientá-los para melhorar a situação, nível de vida, produtividade, uma série de trabalhos que eles faziam, inclusive criando, também, associações de trabalhadores rurais. Então, conversei muito com ele e conversei também com o monsenhor Expedito, vigário de São Paulo, de Potengi, um homem extraordinário; também, naquela época, com a senhorita Julieta Calazans - faziam parte dessa equipe com dom Eugênio, que estava trabalhando com os agricultores. Então, combinamos de monsenhor Expedito e Julieta virem aqui em nossa paróquia, para estudarmos com um grupo maior o que nós poderíamos fazer com os agricultores. Então, eu reuni, em minha paróquia, um grupo de padres, alguns leigos, e também havia um bispo presente e fomos pensar nessa situação.

Ao final de três dias completos de reunião, nós chegamos à conclusão de que a situação dos agricultores não era somente na minha paróquia: era uma situação geral - era no estado, era no Nordeste, era no país inteiro uma situação de marginalização. Naquela época já havia as Ligas Camponesas do deputado Francisco Julião, mas elas tinham um caráter, assim, muito filantrópico ou de reivindicação da terra e atendiam apenas ao grupo de associados. Nós achávamos que era necessário um movimento muito mais amplo, para reformar a própria estrutura da posse e uso da terra e do nível de vida dos agricultores. Isto só poderia ser num movimento grande, geral, no país inteiro. Então nós resolvemos organizar sindicatos de trabalhadores rurais. Era uma coisa absolutamente legal, que estava dentro da legislação do país, já havia, inclusive, portarias que permitiam a sindicalização rural. Nós descobrimos que a primeira lei de sindicalização rural datava de 1903, estava engavetada; que havia uma portaria de 1944, que também estava engavetada; que nesse tempo todo haviam surgido apenas três sindicatos de trabalhadores rurais: um aqui em Barreiros, em Pernambuco; um em Itabuna e Ilhéus, na Bahia; e outro lá em Santa Catarina. Então nós dizíamos: vamos organizar sindicatos de trabalhadores rurais; depois dos sindicatos, em cada município, vamos organizar federações e, também, uma confederação de trabalhadores rurais em todo o país, para que, então, os agricultores organizados no país inteiro possam exigir uma reforma da própria estrutura agrária da posse e uso da terra - ter voz e vez dentro deste país.

A.C. - Esse grupo via uma possibilidade de reforma agrária através de uma grande organização sindical?

P.C. - E legal.

A.C. - E não através de pequenos grupos que pressionassem.

P.C. - Percebíamos que em tudo isso havia um problema político. A força do latifúndio, a força dos pecuaristas, a força dos agricultores grandes é muito forte no país. Até aquele momento eles dominavam totalmente, inclusive a política. Percebemos logo, naquele momento, que tínhamos que organizar uma força muito grande, mas ao mesmo tempo legal, para poder conseguir as transformações que nós desejávamos. Estas transformações também não poderiam ser de uma vez, seriam um processo, porque nós acreditávamos que só com a participação intensa dos agricultores nessa luta, é que eles seriam beneficiados com estas mudanças. Mesmo que houvesse uma mudança geral do país... Suponhamos que um governo político qualquer fizesse uma mudança geral no

país em vez de fazer a reforma agrária, mas se os agricultores não estivessem preparados para participar desse processo, isto não iria aproveitar nada para eles. Então a nossa primeira preocupação era organizar os trabalhadores em torno de seus direitos e de seus deveres, organizá-los de maneira legal. Estruturar esta organização em termos de distrito, de município, de estado e de país, para que, então, esta reivindicação fosse tomando corpo. Naquela nossa reunião tivemos pensamentos muito longe, aspirações muito grandes, mas não ficamos somente em sonhos; nós tomamos resoluções muito concretas. Duas delas muito concretas: uma, foi formar uma equipe que deveria impulsionar todo esse trabalho - chamou-se Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. Formamos essa equipe. Eu...

A.C. - Seria correspondente ao SAR?

P.C. - Seria correspondente ao SAR. Só que a gente aqui já estava com uma mentalidade um pouquinho acima: "Nós não queremos assistir os trabalhadores, nós viemos orientá-los. Eles é que devem tomar nas mãos o seu destino. Nós não vamos mais assistir; vamos orientar. - Daí o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco." Então fui eu; foi a Lúcia Sá Barreto; foi Judite da Mata Ribeiro e, dr. João Moura Tavares. Esta foi a primeira equipe. Depois entrou o dr. Magalhães, que já faleceu; o desembargador Rodolfo Aureliano também colaborou muito. Formamos uma primeira equipe para impulsionar esse trabalho dentro da estrutura da Igreja, através da diocese, das paróquias etc... Esta foi a primeira resolução. A segunda resolução... Esse encontro foi no mês de maio, no mês de agosto já deveria haver um primeiro encontro de trabalhadores rurais. Então cada um dos presentes, que eram padres, vigários, deveriam mandar dois ou três trabalhadores escolhidos entre seus paroquianos que tivessem capacidade de liderança, que fossem realmente agricultores e que tivessem possibilidades de um engajamento na luta sindical. Então esse pessoal chegou. Chegaram trinta agricultores para esse encontro. Fizemos esse encontro de uma semana, onde tratamos basicamente de técnicas de como fazer uma reunião, de como influenciar pessoas, como organizar o povo. Depois de expor tudo isso, falamos então do sindicato, organizar o sindicato.

A.C. - Foi a primeira experiência de formação de lideranças aqui em Pernambuco.

P.C. - É. Como formar os sindicatos, como organizar os sindicatos. E já naquela primeira reunião se falava que esse grande movimento também deveria conseguir para o trabalhador a previdência social. Já na primeira reunião se falava isto, mas que aquela previdência social tinha que ser diferente daquela da cidade, que era cheia de defeitos. Deveria ser uma previdência social diferente - para o agricultor. Esse curso para os agricultores também não foi um negócio de idéias; foi um negócio muito concretizado. Ao término desse primeiro encontro, primeiro curso, cada agricultor fez um planejamento quinzenal para três meses de trabalho. Cada um dizia: "Nessa primeira quinzena, eu vou visitar os círculos tais e tais, falar com o pessoal, reunir o pessoal e mostrar o que é o sindicato. Na outra quinzena, vou aproveitar que o padre irá para tal capela, e vou aproveitar para falar na missa. Vou reunir o pessoal, vou explicar o que é o sindicato, previdência social etc." Cada um fez um planejamento de 15 a 15 dias, uma atividade. Isto foi comunicado aos padres, [inaudível] que deveriam dar todo o apoio a eles. E, depois de três meses, eles deveriam voltar para fazer a avaliação do trabalho realizado.

A.C. - Esse trabalho de Pernambuco foi pioneiro?

P.C. - É, foi pioneiro.

A.C. - Levou adiante as experiências do Rio Grande do Norte e inaugurou uma fase de montagem dos sindicatos.

P.C. - Exato. Aqui nós começamos já para organizar mesmo os sindicatos. Lá no Rio Grande do Norte eles estavam ainda organizando associações de trabalhadores, para depois transformá-las em sindicatos, seguindo aquele ritual do sindicalismo urbano. Nós aqui descobrimos, pela portaria 44, que poderíamos entrar diretamente organizando sindicatos sem precisar passar pela fase da associação. Nos três meses, dos trinta voltaram 22. Realmente os 22, então, foram os pioneiros que começaram a divulgar o sindicalismo. Imagine, já no dia 4 de novembro, se organizava o primeiro sindicato de trabalhadores rurais em Panelas, município aqui no interior de Pernambuco. Isso aí era feito festivamente: o pessoal vinha de carro de boi - trinta, quarenta, cinquenta carros de boi enfeitados -, o povo em cima dos carros, aquela festa, banda de música, padre no meio, bispo no meio. E era então fundado o sindicato.

A.C. - O primeiro sindicato foi o de Panelas?

P.C. - Foi.

D.P. - Isso foi em que ano?

P.C. - Sessenta. Aí naturalmente...

A.C. - Esses trinta representantes de diferentes municipalidades vinham de onde exatamente? Seria difícil falar nas 30, mas...

P.C. - Panelas, Timbaúba, Nazaré, Limoeiro, Aliança, São Bento do Una, Caruaru...

A.C. - Havia muitas do Agreste, não é?

P.C. - É. Havia muita gente do Agreste, aqui da Zona da Mata Norte. Bom, naturalmente alguns padres estavam com medo das Ligas Camponesas. Alguns deram apoio e disseram: "Vamos organizar os sindicatos, pelo menos livramos nosso povo de cair nas mãos da Liga Camponesa." - que, para alguns, era um bicho. Mas sinceramente lhe digo que naquela primeira reunião que fizemos na minha paróquia de Jaboatão, isso não foi pensado. Partimos para organizar sindicatos pelas razões que eu lhe falei antes. Não quisemos organizar Ligas Camponesas por dois motivos: para não parecer que queríamos competir com Francisco Julião; segundo, porque as Ligas, como sociedade civil privada, beneficiavam apenas os seus associados, enquanto que o sindicato, no dia em que fizesse uma reivindicação salarial num município que tem três mil agricultores, um sindicato com quinhentos fizesse uma reivindicação que fosse vencedora, aquilo ia beneficiar a todos os agricultores do município. Porque o sindicato representa a classe, enquanto que a Liga Camponesa representava apenas os seus associados. Então por estes dois motivos é que nós partimos para sindicato. Por sinal, eu conhecia muito o Julião, porque ele era casado com uma prima minha. Nós tivemos muitas conversas, muitos entendimentos, discordávamos em muitas coisas, mas ele sempre me respeitou, e eu sempre o respeitei.

A.C. - Nessa época, até 60, Julião ainda era relativamente moderado, não é?

P.C. - É. Aliás, Julião nunca foi radical. Eu estive num comício, no 1º. de Maio, em que Julião fez um discurso em Jaboatão, onde o que ele pregava era que o povo fizesse pressão para que houvesse leis de reforma agrária, que houvesse pressão do povo, para que o governo criasse leis para a reforma agrária. Então, Julião foi sempre um sujeito legalista, quer dizer, ele queria a reforma agrária mas através de leis, portanto dentro de um ordenamento jurídico, dentro de uma estruturação em que as conquistas de reforma agrária fossem absorvidas pelo sistema. Ele admitiu sempre a propriedade privada, ele nunca negou a propriedade privada. Nessa mesma ocasião, apareceu um trotskista que, logo depois dele, fez um discurso. Foi terrível, arrasou completamente o Julião. Disse que ele era revisionista, entreguista, que não estava querendo nada, fez um discurso inflamadíssimo, procurando destruir tudo aquilo que o Julião tinha falado.

A.C. - Não era o Joel Câmara?

P.C. - Não. Também depois eu tive que falar. E naquela ocasião mostrava qual o sentido que a Igreja tinha sobre a propriedade, a propriedade dos bens de produção, a propriedade privada, sua função social, sobretudo a terra, que realmente pela Sagrada Escritura pertence a Deus: "A terra é minha, e vós todos, estrangeiros e peregrinos." Então o uso da terra, o direito ao uso da terra deve se tornar cada vez mais forte do que o direito à propriedade da terra. Hoje nós temos o Estatuto da Terra, a lei da revolução, após a Revolução de 64, que justamente consagra o direito de permanecer na terra àquele que cultiva a terra. Então aquele que cultiva a terra tem o direito de permanecer na terra. Isto já está na nossa legislação e na legislação revolucionária, aprovada por Castelo Branco.

A.C. - Já são os frutos, provavelmente, do movimento anterior.

P.C. - Sim. Agora, a aplicação da lei é outra, mas está aí. Voltando um pouco atrás, a organização do sindicato se processou, assim, de uma maneira muito intensa, porque naquela ocasião saiu a encíclica do papa *Mãe Mestra da Verdade - Mater et Magistra*, e a CNBB, Conferência dos Bispos do Brasil, fez um Plano de Emergência a pedido do papa. Neste Plano de Emergência havia expressamente, na área social, a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, havia a organização de cooperativas de trabalhadores rurais e o Movimento de Educação de Base, o MEB. Então, isso começou a se expandir, por tudo quanto era diocese, foram sendo criadas várias organizações para implementar aquele projeto dos bispos no Brasil, secundando a encíclica do papa, que falava expressamente que os agricultores deveriam se organizar em sindicatos, cooperativas, etc... Encíclica de João XXIII. De forma que nós tivemos um respaldo muito forte da Igreja em termos do Brasil e em termos universais. A encíclica do papa aprovava, a Conferência dos Bispos aprovava, então houve realmente uma corrida de organização sindical.

A.C. - Isso criou um certo consenso entre os padres da própria região. Não ficou mais a iniciativa como coisa radical.

P.C. - Exatamente. Inicialmente, em algumas áreas, até proprietários, senhores de terras apoiavam a organização sindical. Eles diziam: "Vai ser muito bom, porque a gente é que



dava remédio, uma certa assistência; agora o sindicato dá. E também é melhor sindicato que Liga Camponesa." Isto não durou seis meses, está em forma. Já no começo do outro ano, os sindicatos organizados começaram imediatamente a reivindicar salário mínimo, férias e repouso remunerado, que eram direitos que já estavam consagrados na CLT para os agricultores. Os outros não haviam. A CLT era expressa: "Isso não cabe aos agricultores. Mas, esses direitos, salário mínimo, férias, repouso remunerado, já podiam ser aplicados aos agricultores, e os sindicatos começaram a reivindicar imediatamente. Então muita gente começou a dizer: "E' pior do que a Liga Camponesa. E' muito pior do que a Liga Camponesa porque a Liga Camponesa quer terra, só fala em terra, a terra é minha, e quando eles começam a gritar pela terra, a Polícia baixa em cima - está resolvido o problema." Porque não existe um dispositivo legal para ele tomar a terra de ninguém. Mas nós tínhamos o dispositivo legal. Quando dizíamos "que queremos salário mínimo, queremos férias, queremos repouso remunerado" estávamos, escudados pela lei; e eles tinham que cumprir a lei.

A.C. - Essa iniciativa de lutar por essas três reivindicações já aprovadas legalmente, começou em 61?

P.C. - Começou no fim do ano de 60.

A.C. - Já no primeiro ano de fundação, tomou-se a iniciativa?

P.C. - Isto é o que digo a você: a euforia durou seis meses, depois começaram as reivindicações. Aí, então, cresceram muito os sindicatos aqui no estado; cresceram também no Rio Grande do Norte; em São Paulo; no Ceará, alguns, mas nenhum destes sindicatos estava reconhecido pelo governo. Eram sindicatos não reconhecidos, não tinham carta sindical, então, de fato, não eram sindicatos. Nós estávamos, de um certo modo, forçando a barra quando animávamos o povo para essas lutas, para essas reivindicações. Então se planejou um I Congresso de Trabalhadores Rurais, em Itabuna, na Bahia. Deveria ser lá - o primeiro sindicato de trabalhadores tinha sido lá - para levar o pessoal às fontes do sindicato. Segundo, deveria ser lá mais no Sul para chamar a atenção da imprensa, do Sul do país, das autoridades do Sul do país, para o problema e, assim, dar respaldo para o ministro do Trabalho reconhecer os sindicatos. Era então ministro do Trabalho o deputado Franco Montoro, que era do Partido Democrata Cristão. Ele havia se comprometido conosco que reconheceria os sindicatos rurais. Então organizamos o Congresso Rural. Armando Monteiro Filho era o ministro da Agricultura, ele nos conseguiu os aviões, até aviões da Força Aérea Brasileira, e este pessoal foi todo para lá. São coisas da história.

A.C. - Quantos sindicatos se haviam representado?

P.C. - Naquela ocasião, no Congresso, estavam já representados 36 sindicatos.

A.C. - A maior parte era de Pernambuco, ou não?

P.C. - De Pernambuco, eram 12 sindicatos. Havia mais cinco do Ceará, mais uns seis do Rio Grande do Norte, outros tantos de São Paulo. Acho que do Paraná também havia, da Bahia também havia bastante: Itabuna, Ilhéus. E aí organizamos aquele congresso. Fomos ao Rio de Janeiro falar com o ministro. Nessa altura, a pressão já era muito forte

junto ao ministro para não reconhecer os sindicatos e o ministro manifestou na ocasião. Inclusive ele estava ameaçado de perder o ministério se reconhecesse os sindicatos...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.C. - O padre Antônio Melo, que é homem muito vivo, de pensamento veloz, quando o ministro disse que estava ameaçado de perder o ministério, disse: "Olhe, ministro, a rainha Isabel perdeu o trono, mas assinou a Lei da Abolição dos Escravos. Vale a pena o senhor assinar a lei, reconhecendo os sindicatos rurais e perder o ministério." Realmente, nós colocamos o dia do encerramento do congresso no 13 de maio de caso pensado, para que ficasse na história o início da abolição dos escravos brancos, que são os camponeses deste país. No encerramento do congresso, muita gente, mais de cinco mil pessoas na praça; e: "Cadê o ministro, não chega?" Terminou a assembléia do encerramento, e o ministro não chegou. Quando o povo já estava dispersando, chega um avião com o secretário do ministro do Trabalho, trazendo, em mão, 23 cartas sindicais assinadas pelo ministro. Nós colocamos alto-falantes pelas ruas, reunimos o povo de novo, e aí foi um carnaval de alegria, pelo reconhecimento de 23 sindicatos. Fizemos um novo encerramento do congresso, e o pessoal voltou para casa já animado, armados com as cartas sindicais na mão. Esta foi a primeira fase.

A.C. - Desses 23 sindicatos que foram reconhecidos em Itabuna, o senhor lembra quais eram os de Pernambuco?

P.C. - Lembro. Eram, Lajedo, Vitória de Santo Antão, Panelas, Timbaúba e Jaboatão. Estes cinco sindicatos então formaram logo, se organizaram na Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, que foi a primeira federação de trabalhadores rurais em todo o país. Então começamos a partir para organizar federações...

A.C. - A Federação foi criada mesmo em 62, não é?

P.C. - Foi. Primeiro em Pernambuco, depois saiu a do Rio Grande do Norte e a da Paraíba. Depois, conforme a legislação vigente, três federações poderiam organizar uma confederação nacional dos trabalhadores. Nós tentamos fazer isto, organizar uma confederação nacional de trabalhadores com as três federações, mas nesse momento já havia uma movimentação muito grande, um interesse muito grande de alguns partidos comunistas pela área rural e influenciaram o então ministro Amauri Silva, para dizer que aquela confederação não representava o movimento dos trabalhadores rurais do país. De fato, não representava, mas legalmente três federações podiam organizar uma confederação em três estados, e foi isto o que nós fizemos porque também não havia em outros estados. O ministro aquiesceu...

[FINAL DA FITA 1-A]

P.C. - O ministro, então, convocou uma nova reunião, nova assembléia para organizar a Confederação de Trabalhadores Rurais do país. Mas, ao mesmo tempo, era na época da Supra-Superintendência da Reforma Agrária - e, então, tinha o Departamento de Sindicalismo, eles fizeram uma portaria encomendada, onde se esfacelava o movimento sindical rural: tinha o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pequenos Proprietários e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos. Então num município você podia ter três sindicatos; num estado, você

poderia ter três federações e uma só confederação nacional. A partir daí, eles começaram a organizar sindicatos e federações a torto e a direito, na perna. Preenchiam os papéis já impressos, num *bureau*, preenchiam o número de associados hipotéticos, organizavam a diretoria e davam o sindicato fundado - sindicato fantasma. Depois de organizarem cinco sindicatos fantasmas, organizavam as federações. E, com isto, eles deveriam ter maioria nas eleições da confederação. Nós também tivemos que correr para organizarmos novos sindicatos e novas federações. Aqui em Pernambuco, organizamos mais duas federações de autônomos e de pequenos proprietários. Para nós, foi um trabalho muito grande, porque não dava para a gente fazer sindicato fantasma. A gente, muito moralista, não dava para preencher papéis e fazer sindicato fantasma. Tinha que reunir o pessoal para poder organizar um embrião de sindicato, mas que era a gente que estava ali mesmo, não era só o papel.

A.C. - Depois de ter iniciado um trabalho tão orgânico, era muito difícil mudar os métodos, não é?

P.C. - Era, mas aí já havia muita divisão no país. O interesse era muito grande pela área rural. Antes, ninguém se incomodava; agora, todo mundo estava querendo se incomodar.

A.C. - Quando é que os comunistas começam a aparecer? Historicamente, o movimento iniciou-se com as Ligas, depois vieram os primeiros sindicatos, e os comunistas tenho a impressão que foi a partir de 62...

P.C. - É, a partir de 62. Depois, quando viram o reconhecimento dos sindicatos, que a classe começou a reivindicar férias, repouso, salário, 13<sup>o</sup>. mês, previdência, viram que tinham abandonado o campo e, como eles diziam, "os padres estavam tomando conta do pessoal do campo", eles mandaram muita gente do Sul para cá, para o Nordeste.

A.C. - Não eram pessoas daqui?

P.C. - Não, mandaram gente de lá para cá. Vinha gente do Partido Comunista Brasileiro, vinha gente do...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - ... a propósito das acusações que são feitas ao movimento sindical de Pernambuco de ter recebido dinheiro da CIA.

P.C. - O problema é colocado da seguinte maneira: aqui no Brasil tem uma organização, Instituto Americano Para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, chamada de Iadesil, que era financiada pelas centrais sindicais americanas. Com este instituto que estava aqui no país, legalmente aqui no país, reconhecido pelas autoridades brasileiras, nós mantivemos relacionamento. Por exemplo: eles ofereceram vários programas que queriam desenvolver aqui no estado, colocar um médico em cada sindicato, fazer uma escola em cada sindicato, nada disso nós aceitamos. Debates com os agricultores vários programas que eles ofereceram, e nós não aceitamos. O que nós aceitamos foi o seguinte: "Queremos construir alguns centros sociais de trabalhadores, onde os trabalhadores permanentemente vão poder se reunir, debater seus problemas, fazer cursos, treinamentos, conforme as suas necessidades. Isto nós só aceitamos se vocês imediatamente derem logo a escritura do terreno, a escritura total de doação do prédio, e

não tiverem nenhuma ingerência na administração do prédio." Eles aceitaram, e nós construímos o Centro de Trabalhadores Rurais em Carpina, em Ribeirão e Garanhuns. Eles mantiveram o acordo, nunca fizeram nenhuma interferência, e até hoje esses centros continuam nas mãos da Federação, como uma escola permanente de debate, de liderança dos grandes problemas da classe aqui em nosso estado. Isto serviu de exemplo: hoje todas as federações do país têm seus centros de formação, de debates de trabalhadores rurais. Uma primeira ligação. Vem a outra: já em 64, nós começamos a outra parte, a das cooperativas de trabalhadores rurais. E, para organizar essas cooperativas, fizemos um convênio aberto com a Liga das Cooperativas Americanas...

A.C. - Essa é que é acusada de ser ligada à CIA?

P.C. - ... a Liga das Cooperativas Americanas. Fizemos um convênio aberto em que nos davam, a fundo perdido, uma certa importância, como fundo rotativo, para, então, uma primeira ajuda. Por exemplo: naquela ocasião cada cooperativa recebeu dez mil cruzeiros, para as primeiras despesas de montagem. Era cooperativa de consumo, fazer umas prateleiras, comprar uma máquina registradora, as primeiras despesas de uma cooperativa. Então era um fundo rotativo. Os cursos, os treinamentos que nós dávamos, também eram financiados por essa Liga das Cooperativas Americanas. Entre nós, eles tinham um técnico que acompanhava o nosso trabalho e a quem a gente dava o relatório da aplicação financeira. Recebemos tanto e aplicamos em custos, fundo rotativo da cooperativa, isso e aquilo. Dávamos uma folhinha que era a prestação de contas do dinheiro que recebíamos. Bom, este foi o relacionamento que nós tivemos. Se esse homem ou se a Liga das Cooperativas eram da CIA, isto é outro problema.

A.C. - Era difícil, não sendo da CIA, saber disso.

P.C. - Mas, assim, nós agimos às claras, abertamente. Dinheiro, recebi de muita parte: recebi da Alemanha, da Holanda, da Inglaterra, dos Estados Unidos - doações particulares, de entidades, de organizações. Às vezes era dom Helder que me dava. Muitas e muitas vezes foi o dom Eugênio Sales, com quem eu trabalhava desde o começo, que me fazia doações para manter a nossa equipe de educação e todo aquele trabalho.

A.C. - Dos particulares, quem se interessou?

P.C. - Aqui, por exemplo, o Rodolfo Aureliano, era o desembargador que, às vezes, me chegava com uma importância, sem eu saber de onde. Às vezes ele dizia: "Olhe, aqui tem dinheiro até de gente com que você nem se sentaria na mesa dele." Quer dizer, eram até de pessoas, capitães de indústrias, às vezes, que, eram amigos dele, a quem ele mostrava o interesse, a oportunidade, a importância do movimento sindical e captava recursos e me entregava. Apenas eu tinha uma condição: era não ter nenhuma condição. Ninguém me impunha nenhuma condição ao me fazer doações para o movimento dos trabalhadores rurais. Quem quisesse me dar, que me desse, mas estava sabendo que seria aplicado sem nenhuma condição, seria aplicado dentro dos objetivos do movimento. Foi assim que nós fizemos. Venha de onde tenha vindo - se foi de americano, de alemão, de inglês, de francês, de brasileiro, dos pobres, dos pequeninos, dos grandes, ricos -, venha de onde tenha vindo, o fato é que nós organizamos um movimento sindical de trabalhadores rurais em todo o Nordeste e até em várias partes do país e que ninguém mais pode acabar, ninguém mais pode destruir e este movimento

está nas mãos dos trabalhadores. Nem eu mesmo, hoje, tenho mais nenhuma interferência no movimento, porque nós achamos o seguinte: planejamos o movimento da sindicalização rural de Pernambuco para dez anos, à medida que o movimento ia assumindo certas tarefas, nós íamos deixando aquela tarefa e assumindo outra. Por exemplo: nós pagávamos os advogados, no momento em que os sindicatos puderam pagar esses advogados nós nos retiramos. Nós até dávamos a sede para os sindicatos, para a federação. No momento em que eles puderam ter sua sede, nós nos retiramos. Nós fazíamos a contabilidade, no momento em que eles puderam contratar seus contadores, nós nos retiramos. Nós fazíamos a parte educativa, no momento em que eles constituíram suas equipes de educação, nós nos retiramos.

A.C. - Quer dizer, foi essa a intenção do SORP,<sup>1</sup> desde o início?

P.C. - Desde o início. Não foi entidade para ficar eternamente, foi para desaparecer. Nós nascemos para morrer, desaparecer. Nós nascemos para fazer crescer uma outra organização que fosse dos trabalhadores e que eles comandassem. Desde o início, que as entidades fossem comandadas e dirigidas pelos próprios agricultores. Era a recomendação de João XXIII: "Os agricultores devem ser os protagonistas da sua própria libertação." Então, a gente entrou, mas para sair. Não para permanecer, não para ficar. E a grande luta nossa contra certos grupos de esquerda, foi porque eles manipulavam as organizações, invés de deixar o pessoal aflorar e assumir o seu destino. A nossa grande luta foi esta. Não era luta por liderança, isto é bobagem, isto é besteira. Luta por liderança, porque queríamos dominar o grupo, não. Era justamente porque nós achávamos que aquilo era uma traição aos trabalhadores, porque eram pessoas de fora que estavam manipulando certos grupos de trabalho.

A.C. - O senhor falou que depois que foi criada a Supra e aquela célebre Comissão Nacional de Sindicalização, as manipulações aumentaram muito. E eu me pergunto então, porque depois de 64, o número de sindicatos se reduziu praticamente. Se compararmos os números oficiais no início de 64 com os números que me foram dados pela Federação, houve uma queda muito grande. Eu me pergunto se não foi justamente em função disto, quer dizer, aqueles que tinham sido os falsos sindicatos que desapareceram...

P.C. - Aquela portaria, então, foi tornada sem efeito - aquela que formava três tipos de sindicato em cada município, três tipos de federação. Aquilo voltou à estaca zero, voltou de novo à portaria inicial. Então muitos sindicatos de pequenos proprietários, de autônomos, estes desapareceram. Permaneceu o movimento como tinha sido no início.

A.C. - Uma questão que eu, também, teria que fazer, é relacionada ao problema da composição desses trabalhadores nos sindicatos. Aparentemente, tudo levaria a crer que nas áreas mais proletarizadas, em que o trabalhador estava sendo expulso, os sindicatos tivessem uma audiência maior. Mas pelo que o senhor nos disse, o grande número de sindicatos criados pela Igreja, foi em áreas que eram chamadas de Ligas: a Mata Norte, mesmo o Agreste. Eu gostaria de saber um pouco sobre a composição desses sindicatos e sobre a maneira como se adaptou esse programa de conquistas sociais, salário mínimo, repouso remunerado, com uma camada social que não era ainda totalmente proletarizada.

---

<sup>1</sup> SORP: Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.

P.C. - A grande área de proletários aqui no estado, é a zona canavieira. A zona norte recebeu o total apoio do bispo da diocese de Nazaré e dos padres daquela área, então ali, em todos os municípios, foram organizados sindicatos. Na área sul de Pernambuco - a diocese estava começando -, o bispo não tinha ainda muita liderança com o seu clero, e, infelizmente, grande parte do clero da zona sul era comprometida com as usinas. Então, numa reunião em que estive presente para motivar as organizações sindicais na zona sul, eles se recusaram permanentemente a organizar os sindicatos da zona sul. O que ensinou, um ano depois - já com o ministro Amauri Silva - a organização de um sindicato, contrariando toda a legislação vigente, que dizia que o sindicato deve ser de base territorial municipal, por exceção mais de um município. Ele reconheceu um sindicato que abrangia 31 municípios, ou seja, toda a zona sul de Pernambuco. Isto, justamente, para se contrapor à força da nossa Federação.

A.C. - O de Palmares?

P.C. - É. Então a nossa Federação congregava um sem número de sindicatos, era forte. Então eles organizaram um sindicato que tinha tanto ou maior força do que a Federação - uma arrecadação tremenda que eles faziam em dinheiro, essa coisa toda, na área sul.

A.C. - Um sindicato independente?

P.C. - Independente. Imagine, com 31 municípios. Então, depois, foi difícil para a gente penetrar nessa área e organizar sindicatos. Nessa área onde havia um sindicato com 31 municípios. Fomos aos poucos penetrando para organizar.

A.C. - Quem era o bispo de Nazaré?

P.C. - Dom Manuel Pereira. Atualmente é bispo de Campina Grande.

A.C. - Ele teve uma influência enorme?

P.C. - Muito grande. Apoiou muito desde o início, de forma que toda a área foi sindicalizada.

A.C. - E o bispo de Palmares?

P.C. - O bispo de Palmares estava chegando naquela época. Era uma diocese nova, ele estava chegando, ainda não conhecia bem o seu clero. E o atual bispo dom Acácio Alves, ainda continua lá em Palmares.

A.C. - E esse sindicato de Palmares, um sindicato gigante, foi rapidamente controlado pelo Partido Comunista, embora fosse uma área de Liga também, eu tenho a impressão.

P.C. - É. Foi totalmente controlado. Embora... a gente tivesse uma atuação nem sempre compreendida, não é? Por exemplo: fui, algumas vezes, a grandes concentrações em Palmares, e isto foi interpretado por certos setores de direita, por certos proprietários, por certas pessoas que vivem com medo de comunismo, como uma participação minha com os comunistas. E eu, francamente, não tenho nada a ver com comunismo, não sou comunista e não estou dizendo isto agora, mas antes da revolução. Mas, do mesmo modo que sou contra o comunismo, sou contra o capitalismo. Talvez até mais, porque

um foi a causa do outro. Os males estão aí. Eu sou por uma sociedade solidária, mais humana, mais fraterna, em que haja oportunidade para todos, mais justiça. Não tenho nada a ver com estas ideologias. Não tenho nada a ver com isto. Eu não sou de ideologias. Sou um homem religioso, minha motivação não é ideológica, não é capitalismo nem comunismo, nem Marx, nem não sei quem. Minha motivação é religiosa, é evangélica, não tem nada a ver com isto. Mas a minha presença nessa oportunidade foi interpretada como se eu estivesse apoiando, me tivesse aliado aos comunistas, quando a minha presença ali era para mostrar uma presença de Igreja. Mostrar que a Igreja tinha uma mensagem, tinha um corpo de idéias, de doutrina que podia atrair muito mais e dar uma cobertura ainda maior às reivindicações que eles estavam fazendo, que eram muito justas da parte dos trabalhadores. E que aquela luta poderia ser, deveria ser motivada pela sua própria fé, como compromisso de fé, de lutar por um compromisso de fé e por isto é que eu estava presente lá.

[FINAL DA FITA 1-B]<sup>2</sup>

2ª. Entrevista: 15.04.1978

A.C. - Ontem eu havia feito uma pergunta referente à composição social dos camponeses e trabalhadores que se integram nesses primeiros sindicatos criados pela Igreja. O senhor respondeu uma parte da pergunta, mas ainda não ficou totalmente respondida, então gostaria que o senhor retomasse um pouco este ponto.

P.C. - Os agricultores do nosso estado e um pouco em toda parte, são classificados mais ou menos em três categorias: assalariados rurais, que aqui em Pernambuco o seu grande contingente está na zona canavieira; os trabalhadores autônomos, aqueles que trabalham na agricultura mas em terras de outrém, sob os mais variados regimes, de arrendamento, parceria, uma parte paga em dinheiro, outra em produtos; e a terceira categoria são os pequenos proprietários, os proprietários rurais. Estes três estão enquadrados como trabalhadores rurais. Os chamados, grandes proprietários, patrões, são aqueles que têm, sob o seu domínio, trabalhadores assalariados, porque têm mais de quatro moradores permanentes nas suas terras. Todos os outros estão enquadrados nos sindicatos de trabalhadores rurais. Naturalmente, cada uma dessas classes tinha reivindicações diferentes. Os assalariados começaram logo imediatamente reivindicando aqueles direitos que já estavam assegurados, tais como férias, salário mínimo, o repouso remunerado. Depois veio o 13º. salário, se partiu para o contrato coletivo de trabalho, em que se definia minuciosamente a chamada tabela da cana; todas as tarefas da cana foram determinadas numa tabela, num contrato coletivo de trabalho, e a luta por um salário profissional. E, em fevereiro de 63, conseguimos um salário profissional para a zona canavieira, que naquela época significava 80% acima do salário mínimo. Isto, infelizmente, nós perdemos após 64. Foi uma conquista muito significativa do trabalhador rural, não só para ele, para sua economia familiar, mas também para a economia de todo o estado, porque passou a ser um grupo social, que tinha já algum poder aquisitivo de consumo. Imagine, por exemplo, que Nazaré da Mata, naquela ocasião abatiam-se quatro, cinco cabeças de gado, passou-se a abater 23, 25 e foi subindo, quer dizer, era uma repercussão em toda a economia do estado. As famílias começaram a comprar máquina de costura, rádio, roupa, sapato, porque começaram a ter

---

<sup>2</sup> O lado B não foi inteiramente gravado.

um salário 80% acima do salário mínimo. Portanto, aquilo não era um benefício apenas para a classe camponesa de assalariados, mas, também, para os pequenos comerciantes, para as feiras livres, para o pequeno comércio, enfim, acredito mesmo que a prefeitura deva se beneficiar...

A.C. - Isso já com o governo Arrais?

P.C. - É, já com o governo Arrais. Isso foi o resultado de uma greve geral em toda a zona canavieira, onde as 46 usinas ficaram paralisadas. Esta greve foi comandada diretamente pela Federação de Trabalhadores Rurais, que tinha ainda nesse momento a maioria dos sindicatos de trabalhadores, mesmo da zona canavieira. Mas houve um comitê de greve, onde estavam representados também as Ligas Camponesas, os sindicatos chamados sindicatos livres, partidos que estavam sob o regime do Partido Comunista, quer dizer, era um comitê conjunto de todas as forças que estavam atuando no campo. Mas o comando foi da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco que tinha a maioria dos sindicatos e manteve, durante toda essa greve, uma linha de equilíbrio, de bom senso.

Por exemplo, numa ocasião, havia uma usina que não parava, os comunistas queriam que o pessoal invadisse a usina. Foi um debate muito grande na sede da Federação: "Isso ia significar o quê?" Os invasores seriam simplesmente metralhados, mortos, o que viria a causar uma comoção tremenda na zona rural. A greve não teria o seu desfecho final, se tornaria uma questão política, certamente com intervenção de forças federais etc. no campo. Mas os comunistas queriam. Por apenas uma usina que não estava parada. E então eles perguntavam a nós da Federação: "Mas então? E vocês vão deixar aquela usina trabalhando? Não estão vendo que estão agarrados aos padres e na hora "H", não topam a parada?" Eles disseram: "Não, nós temos outras maneiras de fazer parar a usina, sem precisar que os nossos invadam a usina e sejam massacrados e mortos." Realmente eles fizeram um plano: se a usina no outro dia não parasse, eles tirariam alguns metros dos trilhos dos trens que levavam a matéria-prima para a usina, fariam algumas valetas nas estradas que levavam os caminhões de cana para a usina, e, assim, a usina teria que parar por falta da matéria-prima, sem haver a invasão da usina, o que seria realmente um desastre. Portanto, houve momentos muito duros, mas a liderança da Federação foi, também, muito firme, e a greve chegou ao seu desfecho final com a presença do ministro Amauri Silva, que aprovou a tabela de campo [inaudível] sendo, também, aprovado o salário profissional de 80% acima do salário mínimo.

A.C. - O senhor tocou num ponto que sempre foi um grande mistério para mim. Como é que esses trabalhadores conseguiram convencer o governo de que deveriam ganhar acima do salário mínimo? Porque a luta pela aplicação do salário mínimo já tinha sido bastante dura, não é? Como se deu esse passo adiante, aumentando quase o dobro do salário mínimo?

P.C. - Bom, o pessoal da Federação tinha feito vários estudos em dois níveis: o estudo que mostrava que o salário mínimo pago naquela época não dava absolutamente condições de subsistência à família do trabalhador rural. Baseado na própria lei, no decreto ainda do tempo do Getúlio Vargas, que então dividia os percentuais do salário mínimo para alimentação, vestuário, transportes, lazer, foi feito um estudo, e se viu claramente que o salário mínimo era contra a Constituição, contrário àquele decreto que vigorava até então. Eles tinham o direito de reclamar um salário mínimo que estivesse



de acordo com a própria determinação por parte do governo de que o povo se alimentasse bem, o suficiente, conforme estava naquele decreto. E o segundo estudo feito é que as empresas poderiam pagar um salário maior, pelos lucros que elas obtinham no seu processo agrícola de industrialização e comercialização. Tinham, portanto, possibilidade de pagar mais. Baseado nestes dois argumentos, eles reivindicaram 80% do salário mínimo. Não abriram mão. Nem pediram 81, nem 82, nem pediram 79. Pediram exatamente 80%, que era o que eles julgavam necessário para atender as reivindicações salariais - o salário mínimo de acordo com a lei e, também, de acordo com as possibilidades da empresa. E isto foi homologado pelo ministério.

A.C. - Quer dizer, essa reivindicação colocou o movimento dos trabalhadores de Pernambuco na vanguarda da luta pela melhoria do nível de vida dos trabalhadores em geral no Brasil?

P.C. - Exato. No Brasil inteiro. Porque não houve, em nenhuma parte do Brasil, acordos coletivos de trabalhos, onde os agricultores, os trabalhadores rurais tenham obtido um salário profissional. Esta foi a primeira e a única até agora.

A.C. - Foi abolido em 64?

P.C. - Em 64 foi abolido o salário profissional, voltou o pessoal do salário mínimo com todos aqueles reajustes. E, aí, houve uma equiparação, só ficando o salário mínimo. Hoje não tem mais salário profissional. O que está acontecendo, é que muitos trabalhadores não se contentam mais com o salário mínimo. Então eles, hoje em dia, a grande parte prefere - é incrível - ser bóia-fria do que morador nas terras de usina e engenho. Porque como morador das terras da usina e engenhos, com carteira assinada, ele recebe o salário mínimo. Como bóia-fria, morando na periferia da cidade, ele é contratado pelo empreiteiro, e, aí, vai quando quer, quando não quer não vai. Faz o seu salário, faz uma certa barganha e diz que "vou por tanto". Se está satisfeito com aquele patrão, muito bem; se não está, ele não vai. Como as condições do campo são muito ruins, começa a haver uma falta de mão-de-obra, então está havendo uma certa barganha de salário. E o pessoal que é bóia-fria, que vive na periferia da cidade, hoje ganha muito mais do que o mínimo, muito mais que o mínimo. A gente vai conversar com eles, e dizem: "Não, a gente prefere isto daqui a estar lá, com carteira assinada, com certas garantias e estar morrendo de fome."

Agora, quanto aos trabalhadores autônomos, a situação já era diferente. Nós começamos, então as reivindicações deles por melhores condições. Havia um regime muito comum em nossa região chamado de meia, um regime de meia. O pessoal, então, começava a estudar esta meia e botar isto em números, saber quanto custava esta meia. O pessoal começou a chegar à conclusão que aquela cobrança da meia, quer dizer, da metade de tudo que era produzido no campo, na agricultura, era por demais distorcida. Às vezes acontecia que eles estavam pagando a terra, o valor da terra, todos os anos. Todos os anos eles pagam o valor da terra sem serem os donos da terra nunca. Então foi uma primeira luta, para que aquele arrendamento, aquele pagamento fosse mais razoável. Fosse realmente um arrendamento das terras e não aquela distorção que era feita para os trabalhadores autônomos.

A.C. - Isso o sindicato fazia?

P.C. - É. Isso o sindicato fazia.

A.C. - Com advogado?

P.C. - É, com advogado. Os advogados também começaram a descobrir uma série de coisas. Não na legislação específica, que não havia, mas no próprio Código Civil: certas garantias sobre as possessórias, a posse da terra, não haver despejos - eles botavam para fora -, uma série de coisas assim. Os advogados começaram a defender os trabalhadores, para que eles tivessem mais condições de permanência na terra e tivessem uma recompensa maior pelo seu trabalho. Outra coisa que também se lutou muito contra nessa ocasião, era o chamado "cambão". Cambão era o seguinte: eram dias que os trabalhadores davam de graça, para terem direito de morar na propriedade. Então, acontecia que havia propriedade em que o trabalhador dava dois dias de graça por semana.

A.C. - Isso era comum, aqui na Mata Norte?

P.C. - Isso era comum. Dois dias por semana, quatro, seis, oito dias por mês... no ano inteiro. Então a gente calculava em termos de salário: quanto era que eles pagavam para terem 2, 3 hectares de terra para plantar e uma casinha para morar.

A.C. - O sindicato começou a converter tudo isso em números?

P.C. - É. Mostrou que trabalhar de graça é uma injustiça e que só se trabalha pagando. Então a luta foi para abolir sistematicamente o trabalho gratuito, que a gente chamava trabalho de escravo. Para trabalhar de graça é escravo. Qualquer cidadão livre trabalha; em qualquer sociedade do mundo, seu trabalho tem uma remuneração. Então quem trabalha de graça é escravo. E dizem: "Ah, mas ele tem a terra, tem a casa para morar." "Então vamos ajustar o preço da terra e da casa. Se eu estou utilizando a sua propriedade, eu lhe pago. Você está utilizando o meu trabalho, o senhor me paga." Começou toda uma mentalização na região em termos de justiça, em termos de maior responsabilidade de parte a parte, direitos e deveres. Outra coisa, também, era a questão da assistência médica, da previdência, porque, então, as usinas recolhiam dos trabalhadores uma certa importância para a assistência médica. Os sindicatos começaram a fiscalizar mais isso daí: "Se nós pagamos, então queremos esses benefícios." Começou-se a exigir, realmente, que houvesse escolas, certa assistência médica para os trabalhadores.

E quanto aos pequenos proprietários, a problemática realmente era mais tranqüila, não havia tantos atritos, como nas duas outras classes. As suas reivindicações eram mais em torno de uma possível previdência social e em torno de melhores condições de financiamento e de compra da produção. Eles se organizavam para vender a produção, para exigir do banco a compra da sua produção. Era mais nestes termos. Naturalmente, isto se modificou muito, modificou muito, porque atualmente a pressão sobre a terra é muito grande, então os próprios pequenos proprietários se vêem ameaçados pelas grandes propriedades que vão invadindo e soltando gado em cima das pequenas propriedades. E já, naquela ocasião, aparecia isto. Em plena indenização de benfeitorias, o gado do proprietário grande era solto e comia o algodão deles, comia o feijão, comia a roça. Antigamente, ele chegava lá, recebia qualquer coisa e pronto. O sindicato entrava imediatamente com uma vitória ad perpetuum rei memoriam, caso ficasse atestado pela Justiça qual foi o prejuízo. Assim, ia se discutir na Justiça o pagamento daqueles danos causados.

A.C. - No caso de Jaboatão, como é que coexistiam a Liga e o sindicato? a Liga se preocupava mais com o foreiro, com o arrendamento, o pequeno proprietário...

P.C. - Em Jaboatão, a Liga se preocupou com tudo. A área era muito de assalariados: tem duas usinas, e praticamente todos os trabalhadores de Jaboatão, afora o engenho Cova da onça, que era o reduto das Ligas Camponesas, o engenho Santa Rosa, já perto de São Lourenço, o São Brás e São Salvador já perto do Cabo, mas também em Jaboatão, que eram pequenas colônias, antigas colônias, o mais eram realmente assalariados. Mas, por exemplo, começaram a haver problemas de engenhos que eram fechados, em que os trabalhadores eram expulsos. Naquele tempo, se expulsava simplesmente, simplesmente se expulsava. A Liga dizia: "Bom, não sai ninguém, vai ficar todo mundo aí." Não era tanto problema de salário, só depois que ela entrou também aí. Mas quando chegamos logo em Jaboatão, um dos pontos que eu me preocupei mais foi justamente Cova da onça, onde era o reduto das Ligas Camponesas. E, dentro de dois anos, passou ao contrário, quer dizer: o reduto da liderança sindical de Jaboatão era de Cova da onça. O pessoal, todo ele, se convenceu que a perspectiva sindical era muito mais válida do que a perspectiva das Ligas Camponesas.

Agora, o problema das Ligas em Jaboatão foi mais um problema político. Como coincidia que eu era vigário em Jaboatão e orientava de certa maneira todo o movimento sindical, então houve um esforço muito grande para quebrar a liderança justamente em Jaboatão, que na ocasião era o maior sindicato. Era o sindicato mais atuante, mais forte... Então houve esse esforço grande para quebrar essa liderança lá em Jaboatão. E a coisa foi feita de maneira violenta, porque, conforme o nosso estilo, nós não tínhamos essa questão. Contanto que o movimento estivesse nas mãos dos agricultores, para nós tanto faz, tanto fez. Se eles quisessem que fosse do partido, fosse das Ligas, fosse do nosso lado etc., não interessava. Interessa saber se era agricultor e se foi realmente escolhido por eles. Esse que era meu ponto de vista. Tanto assim que quando eles fizeram todos esses movimentos lá, fizeram uma outra sede dizendo: "Isto aqui é o nosso sindicato. Este é o sindicato de fato; lá o padre tem o sindicato de direito." O sindicato era legalizado, reconhecido pelo ministério, mas o próprio delegado do Trabalho de Jaboatão, delegado do Trabalho de Pernambuco - nessa época era o professor Enoque Saraiva -, dizia: "Não, uma coisa é ser de direito; outra coisa é ser de fato. E nós aqui apoiamos o que é de fato e não o que é de direito. A maioria dos agricultores de Jaboatão de fato pertence ao sindicato das Ligas. Este é, então, o sindicato que eu reconheço. O outro, apesar de ter carta sindical, de ser de direito, não tem a maioria. Portanto eu não reconheço esse sindicato." Então nós fomos à sede deles, eu fui pessoalmente à sede deles e disse o seguinte: "O nosso sindicato está reconhecido, está aqui a carta. O sindicato de vocês é ilegal, não existe. Agora, nós vamos ter eleições sindicais no dia tal. Então, eu faço a vocês o seguinte convite e, ao mesmo tempo, um desafio: vocês se inscrevem, se associam ao sindicato legal, reconhecido e vamos às eleições. Quem ganhar, ganhou. Se vocês ganharem, muito bem, eu bato palmas. Não foram vocês que elegeram? Pois, muito bem, elejam quem quiserem. Os nossos, apresentaremos a chapa que nós quisermos. Vocês aceitam isso?" "Aceitamos." Então abrimos as inscrições no sindicato - a sede aberta todos os dias para quem quisesse se inscrever. E foram se inscrevendo, naturalmente os nossos também fazendo suas campanhas, se inscrevendo com todo o direito, certo? Fizemos a nossa chapa, e eles fizeram a chapa deles. Houve as eleições, e nós ganhamos as eleições.

A.C. - Quem eram os candidatos?

P.C. - Era José Evangelista, o candidato das Ligas, do Engenho Manaçu. Aliás, até hoje está desaparecido. O outro candidato era o João Batista, que era de Cova da onça, que anteriormente tinha sido das Ligas mas não era mais. Vencemos as eleições. Mas o que aconteceu? Eles invadiram violentamente o sindicato, armados. Ficaram presos dentro do sindicato a diretoria eleita, os fiscais das eleições, os advogados da Federação. Ficaram todos presos dentro da sede do sindicato, até que veio o delegado do Trabalho irar esse pessoal todinho, e o próprio delegado do Trabalho saiu em passeata pela rua com eles, dizendo que o sindicato verdadeiro era o sindicato de fato, não o de direito, apesar de nós termos ganho as eleições.

D.P - Como é que o senhor justifica esse apoio do governo contra o sindicato da Igreja e a favor das Ligas?

P.C. - Bom, nesse momento havia esse aspecto político de apoio ao governo. A nossa filosofia era outra, nós éramos, por assim dizer, trabalhistas, queríamos o benefício do trabalhador. O aspecto político para nós não estava em jogo no momento, pelo seguinte: a gente achava que este aspecto político, que é importante, é uma etapa posterior. Enquanto o pessoal não está realmente preparado para isso, ele vai ser manipulado pela política, quer dizer, tanto faz estar João, Manuel ou Francisco. Naquele momento para os trabalhadores tanto fazia estar João, Manuel ou Francisco lá em cima, porque quem vai eleger é realmente a classe dominante, somos nós. Os candidatos são impostos. Não estou dizendo agora não; naquele tempo também eram impostos. Não estou falando da situação atual. Naquele tempo, como é que apareciam os candidatos? Vamos aos fatos políticos: faziam os conchavos e apresentavam os candidatos. Os candidatos são esses. Aqui, acolá, o povo forçava um pouquinho, apareciam alguns candidatos mais populares, mas geralmente, os candidatos eram impostos por um grupo dominante e quem vai eleger este povo todinho é o grupo dominante. Os camponeses nem eleitores eram! Eram todos analfabetos. Então que adiantava entrar na política apoiando João Goulart ou apoiando outro que não fosse João Goulart; apoiando Miguel Arrais ou quem não fosse Miguel Arrais? Para nós interessava que essas autoridades cumprissem a lei ou fizessem leis que fossem justas, para melhorar a situação dos trabalhadores; dessem melhores condições de vida; dessem escolas, para que, aos poucos, fossem tomando consciência, e se tornassem também participantes do processo político. Porque eram simplesmente marginais do processo econômico, social e político. Nem imagina! Ora, primeiro deveriam ser integrados ao processo econômico; em consequência, ao processo social; em consequência, ao processo político. Eles nem sequer... não eram nem brasileiros, por assim dizer. Imagine que a legislação na CLT dizia assim: "Isso não se aplica aos agricultores." Isto os colocavam à margem de toda a legislação.

A.C. - Era como índio, mulher...

P.C. - Pior do que o índio. Porque o índio já tinha seu Estatuto, apesar de ser considerado um estatuto menor. O índio é considerado menor, mas tinha um estatuto, que dava permanência nas terras onde eles estavam morando, essa coisa toda. O índio tinha seu Estatuto, que foi a grande obra de Rondon; mas o agricultor não. A legislação dizia vergonhosamente: "Isto não se aplica ao agricultor." Ou: "Exceto para os agricultores." Era sempre assim.

A.C. - A CLT?

P.C. - É. Estavam todos marginalizados de todo o processo. Eram escravos brancos. Uma massa de escravos sustentando esse país, trabalhando para nós da classe média e classe alta. Então, como é que nós vamos jogar no meio dessa classe de escravos uma preocupação política, de presidente da República, de governador, de partido político, não sei o quê, não sei o quê? Nós não entramos nesta jogada. E' por isto que muita gente por aí nos acusava do contrário, de comunista. Ao contrário: não queríamos jogar o pessoal em política de jeito algum. Esse pessoal daí estava em termos de apoio político, inclusive do governador Miguel Arrais, que procurou esse apoio muito depois. Porque, para ser prefeito de Recife, foi um usineiro concunhado dele que o tomou pela mão, pois ele tinha perdido para vereador de Recife. Nem sequer conseguiu ser eleito vereador, e o usineiro, dr. Cid Sampaio, o pegou pela mão e o fez prefeito de Recife e depois deu todo o apoio para ele ser governador.

A.C. - Deu apoio para governo?

P.C. - Para ser governo. Naquela época, não era novidade essa união. O comício de Cid Sampaio para governador foi encerrado por Carlos Prestes, com a presença de Francisco Julião. Havia esta união entre todos eles. Havia um esforço para haver um apoio político das classes

populares. Mas era porque queriam os benefícios das classes populares? Não, eles eram manipulados. Nós achávamos que aquilo era um desrespeito ao povo, porque em troca não davam nada ao povo.

A.C. - Desde 59, 60, a Igreja estava politicamente remando contra a corrente?

P.C. - Remando contra a corrente. O dr. Cid Sampaio foi eleito com o apoio do Francisco Julião, mas logo depois, dois anos de governo depois, deu uma cotovelada em Francisco Julião. Começou então a briga. Então o que aconteceu? O senhor Francisco Julião de um lado; o senhor Cid Sampaio de outro; ambos fortes, a imprensar e moer os camponeses, como se eles fossem cana e moenda de usina de engenho. Eles, com suas reivindicações políticas; e os camponeses a servirem de cobaia para as suas lutas políticas. Isto, nós não aceitávamos de maneira alguma. Nós achávamos que a liderança camponesa deveria ser dos camponeses e não deles, ou de outros mandados por eles.

A.C. - O senhor falou dessa ligação direto do delegado do Trabalho nos conflitos, mas, posteriormente, Jango se indispôs também com as Ligas. Elas tiveram grandes problemas com o governo. Isto foi mais tarde?

P.C. - É, teve mais tarde. Foi o seguinte: Jango nomeou diretor, ou superintendente do INPS naquele tempo era IAPI, ou qualquer... um desses institutos. IAPI, exatamente. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários<sup>3</sup>... Imagine o que estou lhe dizendo. Vem confirmar exatamente isto. Então Jango nomeia um fulano de tal que não me interessa quem foi. Nomeia este fulano. Aqui os comunistas acham que este fulano não deveria ser nomeado, deveria ser outro, talvez deles. O que é que fazem?

---

<sup>3</sup> IAPI: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Pegam os camponeses, vários caminhões de camponeses, despejam em Recife no prédio da Dantas Barreto, cercam o prédio de camponeses...

[FINAL DA FITA 2-A]

P.C. - ...exigindo a demissão daquele funcionário que o Jango nomeou, para colocar um outro. Agora eu pergunto: o que é que tinha a ver camponês, que nem instituto tinha, que estava lutando por um instituto de previdência, o que é que tinha camponês, primeiro com o IAPI. O que é que tinha camponês da zona canavieira de Pernambuco a entrar em um conflito por uma nomeação de um funcionário feita pelo presidente da República? Não tinha nada! Nós fomos contra isto e procuramos mostrar aos agricultores que eles estavam sendo manipulados, cobaias, e procuramos afastá-los disto. Naturalmente isto carregava o ódio e a incompreensão de certos setores sobre nosso trabalho, sobre nosso movimento.

A.C. - É verdade que esses camponeses cercaram o prédio com foices e material de trabalho?

P.C. - Com material de trabalho, não tinham arma de fogo. Foice, cacetetes, enxadas, material de trabalho. Isso eles fizeram... Era, por assim dizer, uma turma de choque, a mesma turma que eles traziam de um lugar para outro, quando queriam invadir um sindicato.

A.C. - Isso eram as Ligas ou os comunistas?

P.C. - Bom, tinham Ligas também misturadas, mas é bom que se diga que nem todas as Ligas aderiam a certos métodos. Pelo menos uma boa parte das Ligas que tinham uma liderança mais direta de Julião, não aderiram a isso.

A.C. - A de Jaboatão estava sob controle de Julião? Ele tinha liderança lá? Quem controlava essa Liga?

P.C. - Essa Liga de José Evangelista era controlada pelo pessoal do governador Miguel Arrais. Era do Partido Comunista Brasileiro, o "partidão", coitado do partidão! Imagine que fizeram uma reunião em Jaboatão, passaram uma semana inteira divulgando pelos alto-falantes e fizeram um edital de convocação com as assinaturas de todas as Ligas Camponesas, para formarem uma nova federação em Jaboatão. Convocaram este pessoal todo. Muito bem, eu fui para lá. Você sabe quantos representantes de Ligas compareceram? Três representantes de Ligas. Na outra semana saiu foi uma nota assinada por grande parte das Ligas sob a liderança de Julião, dizendo que não estavam de acordo com aquela movimentação que estava sendo feita lá em Jaboatão, porque era uma movimentação divisionista e exatamente contrária aos trabalhadores. Nessa altura, a posição de Julião já era totalmente diferente. Ele dizia o seguinte: "A Liga é a mãe dos sindicatos, mas todos vocês devem entrar nos sindicatos. Porque o sindicato vai ser uma coisa muito maior do que a Liga." E tem um folhinho, um cordel que fala exatamente isso...

A.C. - Bença, mãe, não é?

P.C. - E'. Então, a partir daí, todo o pessoal das Ligas, sob a direção de Julião, passou a se filiar aos sindicatos.

A.C. - O senhor teve mais problemas com o governador do que com Julião?

P.C. - E'. Eu não digo com o governador pessoalmente, certo? Porque o governador sempre procurou me tratar com muita atenção e me chamar, muitas vezes nas horas de apertos. Nas horas de aperto, pelo menos duas vezes: uma vez quando houve uma grande concentração de trabalhadores na frente do palácio, por conta do 13º salário. Vieram trens cheios, o comércio de Recife fechou, com mais de cinco mil camponeses aí na frente, e ele mandou me chamar para eu falar com os camponeses, ajudá-lo a esclarecer. Porque a essa altura já era um problema que estava sendo criado para o governo dele. Ele dizia várias vezes, batendo com a mão na mesa: "Vocês estão criando problemas para o meu governo, eu jurei uma constituição." Vocês quem? Davi Capistrano, Gregório Bezerra, Aduato, Sérgio Campelo e outros. Clóvis Campelo, aliás, e outros. Porque eles iam muito além do que ele gostaria que fossem. Ao meu ver, num determinado momento, ele não tinha mais força para esse pessoal que ele acolheu, porque necessitava de um apoio popular para seu governo, quando se viu totalmente abandonado pelas forças que o elegeram. As forças de classe média, as forças conservadoras, os usineiros etc., muita gente que o elegeu então o abandonou. Ele dizia: "Eu posso governar sem apoio nenhum?" Começou, então, a chamar todas essas forças populares para lhe darem apoio.

A.C. - Ele quis uma compensação?

P.C. - E num dado momento ele não mais controlou essas forças. Não controlou mais essas forças. Eu ví Arrais chorando na mesa da Federação, pedindo à Federação que fizesse tudo para não haver uma greve. Nessa ocasião da invasão, do cerco do prédio do IAPI, os comunistas estavam planejando uma greve geral no campo. E ele foi lá na Federação, pedir à Federação que esta greve não fosse feita.

A.C. - Isso foi quando? O senhor lembra?

P.C. - Isso foi no finzinho já... Fim de 63, por aí assim. Realmente a Federação não concordava com uma greve política, e saímos à noite os carros todos avisando a todos os sindicatos, esclarecendo o pessoal: "Nós não temos nada a ver com o IAPI, nem com o presidente da República que nomeia os funcionários. Isto é atribuição própria dele. Ele nomeia quem quiser. Afinal de contas, se estou na minha casa, não posso mandar na minha casa? Se estou na minha propriedade, não posso mandar na minha propriedade? Então, o presidente da República não pode mais nomear um funcionário? É uma greve política, e nós não estamos de acordo, então vamos todos trabalhar amanhã. Todo mundo trabalhar." Demos uma ordem contra a greve. De fato não houve a greve.

A.C. - Como é que ficou aquela situação que o senhor estava descrevendo há pouco do sindicato de Jaboatão? Quando houve as eleições, eles tomaram o sindicato...

P.C. - Houve as eleições, eles tomaram o sindicato, invadiram, tomaram o sindicato, ficaram na sede do sindicato que era própria - da paróquia de Jaboatão. Ficaram acantonados, acampados na praça, mais de seiscentos agricultores. Depredaram a praça,

fizeram aquela barulhada. Mas, se diga de passagem, a grande parte deles era aquele grupo que eles levavam para toda parte de caminhão.

A.C. - O mesmo grupo?

P.C. - E', naturalmente havia um grupo de Jaboatão. Mas havia, também, um grupo ponderado de Jaboatão. Mas, aí, eles tomavam conta do sindicato, eu estava sabendo, porque fui avisado que eles estavam me esperando para me matar ou me fazer uma grande humilhação pelas ruas, sair me arrastando, uma coisa dessas... O meu bispo mandou um grupo de pessoas me esperar e me pediu para não entrar na cidade. Ele dizia que não era tanto pela minha pessoa, mas que temia que houvesse o começo de uma revolução civil a partir de Jaboatão. O arcebispo, que já faleceu, d. Carlos Coelho, dizia ter informações seguras que muitos civis estavam já armados pelo 14º RI, de Jaboatão, prontos a reagir, se houvesse qualquer coisa da parte dos comunistas. Eu nunca averigui se isto era verdade ou não. O fato é que eu obedecia ao meu arcebispo e não entrei na cidade e continuei minhas viagens pela Paraíba, fazendo sindicatos por lá, organizando e tomando as informações. Quando a situação amainou, eu voltei. Voltei à cidade, fizemos uma grande assembléia de trabalhadores, assembléia festiva, compareceram mais de dois mil camponeses em frente à igreja, mostrando portanto, que havia um apoio muito grande dos camponeses do meu município.

Naquela ocasião, em represália a essa invasão do sindicato de Jaboatão, os nossos sindicatos planejaram uma passeata de protesto em Recife. Eram mais de 150 caminhões que eles fretaram, que deveriam entrar em Recife para fazer essa passeata de protesto, contra a invasão do sindicato de Jaboatão. Isto porque era o sindicato que eu estava mais próximo, que era a minha paróquia. Mas o secretário de Segurança Pública, coronel Humberto, comunista amigo de Arrais, mandou prender todos os motoristas de caminhão nos pontos de entrada da cidade. Então, os mais corajosos vieram a pé, de São Lourenço, Jaboatão, Cabo, mais ainda houve aqui da cidade - não assisti, estava fora - mais de seiscentos camponeses. O que, às seis horas da noite, dava uma confusão dos diabos nesta cidade, porque, aí, parava o trânsito no meio da rua, esse pessoal todinho foi à frente da Assembléia para fazer o seu protesto. Lá, foram recebidos pelos deputados. Naquela ocasião, Augusto Lucena fez um discurso recebendo e tal. Este foi o protesto dos camponeses. Mais de três mil camponeses deviam estar presentes.

Quando voltei, fizemos aquele grande comício em Jaboatão, fiz o meu protesto claramente, denunciando, inclusive, essa pressão do coronel Humberto, que, em outras vezes, tinha permitido a entrada dos camponeses. Dessa vez não permitiu por quê? Depois percebi o que era importante: eram os camponeses e não o sindicato. Fui ao sindicato tomado, falar com José Evangelista: "Olhe, você sabe que você está ilegal. Você tomou o sindicato, a eleição não existiu nem nada, [inaudível]"

A.C. - Mas houve eleições, não é?

P.C. - Houve a eleição. Ela ficou lá no sindicato. Eu procurei ter um modus vivendi também, não fui criar outro. Porque se eles foram para a nossa sede, se eles tomaram o nosso, então estava provado que o nosso era o verdadeiro sindicato. Senão, por que deixaram a sede deles e foram para a nossa sede? É porque eles sabiam que a deles não era o sindicato verdadeiro e legal. Que a sede deles não era a sede real do sindicato.

D.P. - O resultado das urnas, qual foi?



P.C. - Foi favorável a nós, mas o delegado de Trabalho não aceitou, anulou tudo.

D.P. - Alegou o que? Fraude?

P.C. - É, alegou fraude, que não houve tempo suficiente para o pessoal se inscrever, e o fato é que não apurou as urnas. Depois nós apuramos as urnas, tivemos maioria. Mas então o sindicato permaneceu lá...

A.C. - Eles tomaram os sindicatos antes da apuração?

P.C. - E', antes da apuração. Permaneceram lá no sindicato, encontramos uma maneira de viver com eles. Até o José Evangelista veio, depois, ser padrinho de um menino. Perguntei: "Mas, vem cá, você é cristão, católico, para vir a ser padrinho de menino?" Ele disse: "Oxente, padre! Não sabe que sou católico e cristão?" "Bom, se você afirma isto publicamente, não lhe posso negar o direito de ser padrinho." Permaneceram na sede gratuitamente, até que veio a revolução [inaudível] no sindicato.

A.C. - Todas essas lutas deviam atrapalhar muito o processo normal de reivindicações dos trabalhadores.

P.C. - Tremendamente! Terrivelmente! Isto é o que nos fazia sofrer mais. Porque quando entrou nessa fase, que foi a última fase, segundo semestre de 63 uma fase terrível dessa disputa por liderança, sindicatos tomados... Então a gente tinha que tomar outras medidas. Dali iam partir para São Lourenço... Eles queriam formar um sindicato com cinco municípios: Jaboatão, São Lourenço, Moreno, Vitória e Cabo. Eles não tinham liderança para cada município, então queriam fazer sindicatos com muitos municípios, porque facilitava a arrecadação de meios financeiros para fazer outro tipo de trabalho, que era a linha deles. Enquanto que a nossa era mais não só de lideranças municipais, mas a de em cada engenho ter representante de trabalhadores. Um trabalho bem de base, de formação de pessoal. Mas eles queriam o lugar dos outros, do nosso pessoal e iam fazer piquetes nas entradas da cidade com cacete e foice na mão e diziam ao nosso pessoal: "Para onde vão?" Ficamos praticamente numa situação de guerra, não só aqui, que indo para o Sertão, interior, a situação era a mesma.

Em Brejão, já perto da minha terra, Bom Conselho, também foram lá representando o governador Miguel Arrais. Entraram no sindicato num dia de feira, com a população toda absolutamente católica, desses católicos fanáticos - queríamos tirar esta mentalidade, mas já existia na época - de que o que padre diz é verdade, o que diz o bispo é verdade. Bom, entraram no sindicato, sem experiência sem nada, quatro deles, e começaram a atacar os sindicatos dos padres, dos bispos, que não querem nada, não sei o quê... Daqui a pouco, a coisa virou, o pessoal baixou o pau em cima deles, quebrou cabeça de gente, viraram jipe, tocaram fogo no jipe. Alguns saíram correndo nus, mata adentro, dois foram para o hospital - a reação do próprio povo.

A.C. - O grupo não era das Ligas, nesse caso? Do próprio governador...

P.C. - Não, isso eram grupos da secretaria assistente do governador. Ele tinha pessoas em várias cidades principais, representantes da secretaria assistente, que resolviam, de modo administrativo, toda e qualquer contenda que aparecesse entre trabalhador e patrão. Então não vinha mais para a justiça. Aquele fulano se tornava um deusinho,

mandava chamar e dizia que era para pagar tanto, e o patrão se via apavorado, tinha que pagar mesmo. Resolviam os problemas desta maneira administrativa e procurando tomar os sindicatos. O povo se revoltou e aconteceu isto. Mais uma vez, o governador mandou me chamar e disse: "Olhe, está acontecendo isso, veja o que é possível... Diga qual é o delegado especial que você quer, que eu mando para lá, mas nós temos que contornar." Eu disse: "Governador, a essa altura não é mais possível. Eu lhe avisei. Não faz dois meses que vim aqui lhe avisar que íamos partir para uma guerra civil. O senhor não tomou medida alguma. Primeiro foi em Jaboatão. Agora está acontecendo em vários outros lugares. Agora nós vamos reagir do jeito que é: se for pau, é pau, faca, cacete, armado. Do jeito que for, nós vamos reagir do mesmo modo. Não podemos admitir que os trabalhadores sejam manipulados, prejudicados por um grupo que o senhor não está mais controlando." Aí os jornais estamparam a placa do jipe, chapa branca, não sei o quê etc. O que estava acontecendo lá em Brejão. Estávamos já, neste ponto, numa situação realmente insustentável. Acredito, se houvesse realmente uma revolução civil, que nós ganharíamos esta revolução sem precisar da intervenção militar que houve. Naturalmente que não foi só causada pela situação de Pernambuco, era uma situação geral, do país, que, num determinado momento, fez com que houvesse essa intervenção militar.

D.P. - O senhor fala nós ganharmos. Nós quem?

P.C. - Nós, os sindicatos liderados pelos cristãos.

D.P. - Por que nessa altura estavam isolados tanto de Julião como do partido?

P.C. - E', tínhamos a grande maioria. Entre os cento e tantos sindicatos -115-, tínhamos noventa e poucos. Havíamos perdido o sindicato de Jaboatão, Goiana, Igarauçu, Também, Palmares. Palmares significava muito porque eram 21 municípios -, Barreiros.

A.C. - Sirinhaém, não é?

P.C. - É. Então foram oito ou dez sindicatos sobre os quais não tínhamos nenhum controle.

A.C. - Controlados pelo partido só havia Palmares?

P.C. - E', Palmares. Barreiros cada ano passava do partido para as Ligas, das Ligas para os trotskistas. Houve uma ocasião que saiu uma fotografia do sindicato de Barreiros: um camarada na porta do sindicato com um fuzil na mão, guardando a entrada. Temendo o quê? A invasão de quem? Naquela altura não era a invasão da Polícia, mas a de outros grupos. E nós sentíamos que os agricultores como tal não estavam nessa jogada, eram manipulados. A grande tristeza era esta.

A.C. - O senhor falou que o Julião, a partir de um determinado momento, definiu uma linha pró-sindicatos e aparentemente cooperava mais.

P.C. - Ele não cooperava porque nunca chegou a fazer nenhum acordo conosco, em nenhum momento. Apenas ele dizia que o pessoal das suas Ligas deveria entrar nos sindicatos, porque os sindicatos tinham outras possibilidades que as das Ligas Camponesas.

A.C. - Ele pessoalmente não estimulava essas invasões?

P.C. - Não.

A.C. - Era mais um grupo, dentro das próprias Ligas, sobre que ele já tinha perdido o controle?

P.C. - Exato. Dessas outras Ligas que ele perdeu. Do mesmo modo que nós perdemos alguns sindicatos.

D.P. - Mas entre os sindicatos controlados pelo partido e os controlados pela Igreja, Julião apoiaria mais quem?

P.C. - O nosso sindicato.

D.P. - Mais que os sindicatos apoiados pelo partido?

P.C. - Ah, sim. Eu acredito, porque nessa altura o pessoal que estava ligado ao partido, mesmo o pessoal que estava ligado ao governador, não estava de acordo com ele.

D.P. - Sim, mas apesar das divergências, parece-me que Julião queria fortalecer o governo de Arrais e não desgastar, como era o objetivo de vocês.

P.C. - Não. Nosso objetivo não era desgastar o governo Arrais. Nós não tivemos nunca o objetivo de desgastar governo nenhum. Absolutamente, ao contrário: fomos várias vezes ao palácio mostrar o caminho que ele estava seguindo e aonde é que ia dar. Dissemos a ele: "Se continuar deste jeito, vamos reagir do jeito que vier. O senhor não está mais controlando esse pessoal." Na greve do 13º salário, só faltei dizer o que ia acontecer. Reuniu todo o pessoal em palácio, inclusive os usineiros, e foi feito um acordo de se pagar o 13º mês em fevereiro. Os usineiros já tinham recebido o dinheiro, não tinham pago. O pessoal estava todo agitado. Os usineiros em vez de pagar o 13º logo, que já tinham o dinheiro na mão... E eu lá na mesa: "Eu não faço acordo nenhum, é para pagar agora, já devia ter sido pago em dezembro, antes do Natal. É para ser pago agora." Eles, os comunistas, aceitaram fazer o acordo para fevereiro, e, na hora, eu disse: "Olha, governador, esse acordo não existe. Antes do dia marcado, os senhores que estão aqui, Davi, Miguel e os outros, vão declarar uma greve antes do dia marcado, justamente para poder tomar a liderança dos nossos sindicatos, para dizer que o 13º mês foi reivindicação deles, e não do movimento sindical como tal. Os sindicatos que vão receber o 13º, por conta de uma greve levantada por este grupo, que não vai cumprir este acordo, vão se passar todos para esse grupo. Eu não faço acordo. Quero que paguem agora, mas se fazem o acordo aqui, eu o mantenho. Até dia tal, os sindicatos que estão sob nossa orientação, não entram em greve, que eu farei o possível para isso. Se eles quiserem entrar, também não tenho nada a ver com isso. Eu vou explicar que houve um acordo. Agora, se eles quiserem fazer, façam, que eles têm todo o direito de fazer, porque devia ter sido pago em dezembro." Nossa posição naquela hora foi muito mais radical do que a deles. Mas por quê? Porque a nossa era em função dos direitos dos trabalhadores; a deles era em função de política, como, de fato, estouraram a greve antes do dia do acordo...

A.C. - Foi em fevereiro a greve?

P.C. - Foi nessa vez que veio esse povão todinho para a frente do palácio e que o governador mandou me chamar para falar ao pessoal. "Vou dizer o que ao pessoal, quando essa greve foi feita por vocês?" O governador falava para o pessoal, e, quando saía, o Luís Serafim tomava o microfone e agitava o povo de novo. Precisou o governador chamar o guarda para levar Luís Serafim preso lá para dentro do palácio.

A.C. - O que é que o Davi Capistrano tinha a ver com o movimento sindical, com o movimento dos trabalhadores?

P.C. - Ele era do sindicato dos comunistas...

A.C. - Sim, mas ele era inscrito no sindicato?

P.C. - Não, ele era um dos orientadores de uma certa área.

A.C. - Qual era a área dele?

P.C. - Era mais a área sul, Ribeirão...

A.C. - Havia um Portela também? Se não me engano líder em Palmares?

P.C. - Não. Portela era o prefeito de Palmares. Era populista, dizem até que era comunista. Não sei. Naquela altura, em Palmares, ser esquerdista devia ser muito cômodo e moda, porque era o clima da cidade inteira que era assim. Era moda o sujeito ser comunista, ser esquerdista. Se não dizia que era comunista, dizia que era esquerdista, como o juiz de Barreiros. Este sim -diziam que era mesmo. Ele fazia o despacho: "A lei diz assim, mas dentro das circunstâncias sociais etc., etc., eu julgo assim." Dei zero para este homem.

A.C. - Houve, também, uma base de cooperação entre as lideranças. Tenho a impressão que em Quipapá... Um dos trabalhos sobre esse período conta que o tesoureiro do sindicato era presidente da Liga. Isto ocorreu também?

P.C. - Na greve geral, eu disse a você que houve um comitê conjunto. Quando se tratava de uma reivindicação justa dos trabalhadores, achávamos que podíamos fazer uma frente única. "O que nós queremos? Nós queremos um contrato coletivo de trabalho e 80% do salário mínimo". "Você, comunista, quer?" "Quero". "Você de Liga quer?" "Quero". "Você trotskista quer?" "Quero". "A regra do jogo qual vai ser?" Fazer uma greve geral, encaminhar nossas reivindicações e manter firme esse ponto de vista. Quando se tratar de uma reivindicação trabalhista, então, como hoje, meu pensamento é o mesmo: a gente pode caminhar juntos. A coisa é definir. Estou sabendo qual é o caminho e onde vou chegar, e eu que estou comandando a história, eu, quero dizer, o grupo, no caso ali da federação é que mantinha a liderança, porque de fato era o grupo majoritário, o grupo maior, se nós fôssemos o grupo minoritário, entraríamos como minoritário. As regras do jogo tem que ser claras. Agora, eu como minoritário entraria ou não. Eu estava sabendo que o comando que ia pesar era do grupo majoritário. Então eu entraria ou não, se as regras do jogo fossem muito claras eu entraria, se não, não entraria. Dos outros, aceito se eles entrarem nas regras do jogo

com toda a clareza, então fazemos assim. Houve outros sindicatos que se fez assim, o de Quipapá, Pesqueira. Mas a gente procurava conversar com o pessoal, a gente via primeiro: o pessoal era cristão, religioso, de fé. Botaram neles um rótulo de Liga Camponesa, o que depois passou a ser comunismo, o que não tem nada haver uma com a outra, não é verdade? Posso ser de Liga Camponesa e não ser comunista. Eu posso ser comunista e não querer a Liga. Posso ser de sindicato e não ser comunista. Posso ser comunista e não ter sindicato. Então aquele pessoal era inclusive um pessoal de fé, pessoal religioso que tinha organizado uma Liga que estava reivindicando coisas muito justas, que nós reivindicaríamos do mesmo modo. Conversamos com eles, mostramos as perspectivas sindicais, que no sindicato eles não ficariam isolados, que o sindicato estava ligado a tantos outros, estariam ligados a uma federação, uma confederação. Eles concordaram de formarmos uma chapa conjuntamente. Então fizemos isto numa grande assembleia pública, na praça... pública...

[FINAL DA FITA 2-B]

P.C. - Depois fizemos essa grande Assembléia, e, aí, a mesma coisa: saímos em grande passeata, não mais para a sede das Ligas, mas para a sede do sindicato. Foi feito a eleição e foi uma eleição em que houve participação na chapa de um grupo e de outro, mas ficaram todos eles conscientes de que realmente o sindicato tinha maiores possibilidades. O sindicato é que deveria ser a organização deles. Deixaram a sede das Ligas e passaram a ser sindicato.

A.C. - Nesse caso houve uma fusão?

P.C. - Houve uma fusão mesmo da Liga com o sindicato. O sindicato levando a melhor.

A.C. - Em Pesqueira?

P.C. - É, concretamente em Pesqueira, com a presença do bispo e de muitos outros.

A.C. - E em Quipapá?

P.C. - Também. Lá era o padre Arício, que era vigário lá. Lá houve, também, uma certa união de um grupo com o outro, embora lá já houvesse... A coisa tomou uma conotaçãozinha um pouco mais política, mas houve também esse trabalho conjunto.

A.C. - E o senhor, por exemplo, regularmente se reunia com os outros padres dessas paróquias onde havia as Ligas, para definir uma política, para discutir os problemas comuns? Havia uma integração dessas lideranças da Igreja?

P.C. - Havia sim, isso era constante. Através do Serviço de orientação Rural de Pernambuco os instrumentais eram muitos, então fazíamos inúmeros encontros para avaliar os trabalhos, com as mais variadas pessoas: padres, agentes da Pastoral, lideranças sindicais, dirigentes sindicais, diretorias de sindicatos. Isto fazíamos constantemente. Além da nossa equipe, que era muito boa, e tínhamos gente de Garanhuns, Caruaru. Cada diocese destas tinha um pequeno grupo de três ou quatro rapazes e moças, que ficavam como uma equipe de apoio ao trabalho dos sindicatos. Problemas mais burocráticos, de preparar papelada, mas com um advogado que também dava apoio ao trabalho do sindicato. E, com esse pessoal, fazíamos sistematicamente de

três em três meses um encontro de cinco dias, para avaliar o trabalho em todas as áreas e replanejar o trabalho.

A.C. - Quer dizer, aquela diretiva ainda do início da criação do SORP?

P.C. - Exatamente, isto era sistemático. E cada equipe dessa me mandava sistematicamente todos os meses um relatório de atividades.

A.C. - E qual era a sua função exata no SORP?

P.C. - Era diretor. Então, acompanhávamos sistematicamente através dos relatórios e da equipe central que visitava as equipes de áreas. E, de três em três meses, havia o encontro: fazíamos o encontro para avaliar o trabalho e replanejar. Agora, aos poucos, essa equipe foi sendo integrada por agricultores - os próprios trabalhadores, que, também, era a nossa filosofia. Do meio para o fim, a equipe do SORP era mais de agricultores do que... ficava uma equipe de educadores, de nível técnico superior. Mas o maior grupo dos agentes de bases, que tinha mais contato com o povo, era mesmo o dos agricultores.

A.C. - Em que áreas especificamente essa substituição da equipe do SORP pela dos trabalhadores foi mais evidente?

P.C. - Foi mais fácil nas áreas do Agreste, do Sertão, pois o pessoal era mais disponível, podia se largar dois, três dias: enquanto o pessoal assalariado era mais difícil. Sempre foi e continua sendo mais difícil. É o pessoal que fica mais preso ao contrato de trabalho, do dia-a-dia.

A.C. - As lideranças camponesas mais fortes apareceram nessas áreas em que eles eram mais autônomos?

P.C. - E', exato. Ainda hoje é assim. A gente naquela ocasião, mesmo nas zonas de assalariados, procurava, para a direção dos sindicatos, os trabalhadores que já moravam há muitos anos no engenho, na usina, e que por isto dificilmente poderiam ser postos para fora - já tinham estabilidade no trabalho, mais de dez anos de função. A partir da central dos sindicatos, eles começavam logo a ser perseguidos e ser posto para fora era muito fácil. Já com a estabilidade no emprego, eles se tornavam mais livres para aquelas funções no sindicato. Então se fez muito esse trabalho.

A.C. - A imprensa consagrou basicamente em Pernambuco três líderes cristãos importantes: o senhor, o padre Melo e o frei Carício. Não sei se com a sua experiência, o senhor concordaria. Quem o senhor via como as pessoas que realmente mais trabalhavam, que deram uma contribuição maior?

P.C. - Houve pessoas que trabalharam muito mais. No anonimato por aí tanta gente trabalhou, muitos padres. O vigário de Vitória de Santo Antão, Padre Manuel Monteiro, por exemplo, este deu uma colaboração muito boa. Aquela área é muito difícil, era a sede das Ligas, era uma área muito conflitiva. Porque vitória era o celeiro do Recife, havia muitos trabalhadores que tinham sítios, autônomos, pequenos proprietários, muita gente que pagava foro, pagava renda, pagava meia. Havia muita lavoura. Naquele momento, como a cidade estava crescendo muito, começou a haver uma transformação

no uso e na posse da terra no município de Vitória. As terras valorizando mais, o pessoal, as terras, os usineiros, com isso aumentava a plantação de cana. A plantação de cana já era naquela ocasião uma área muito conflitiva. Tanto que foi lá que o Cid Sampaio, para acalmar os ânimos, desapropriou Galiléia, para entregar as terras ao pessoal de Galiléia e justamente ver se acalmava a situação. Disse que ia fazer a reforma agrária através [inaudível] e colonização. Mas o Manuel Monteiro deu uma colaboração muito forte, muito boa.

A.C. - Lá o sindicato era da Igreja?

P.C. - Sim.

A.C. - Absorveu as Ligas?

P.C. - Não. Quer dizer, em Vitória a metade dos camponeses era das Ligas, com isto muita gente das Ligas entrou no sindicato. A Liga continuou com sua sede em Galiléia e só praticamente deixou de existir como Liga depois da revolução. Porque aí...

A.C. - Mas curiosamente essa Liga era bastante calma. Não sei se foi fruto da reforma agrária...

P.C. - Não, era a origem dela. A Liga de Galiléia se chamava...

A.C. - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco.

P.C. - Pois bem. Para que era a Liga de Galiléia? O objetivo que ela foi fundada? Era para enterrar os mortos. Imagine a situação em que estavam os agricultores naquele tempo. Eles não tinham possibilidade de enterrar os seus mortos. Os colocavam numa rede e jogavam o corpo num buraco, pois não tinham um caixão para enterrá-los. Surgiram várias sociedades. A Igreja tinha a cidade de São Vicente de Palma. A Igreja mesmo tinha várias sociedades para enterrar os mortos, para arrumar um caixão para botar o morto e enterrar. Caixão de tábuas, só para não ser jogado no buraco. A Liga Camponesa de Galiléia surgiu, como tantas outras sociedades filantrópicas, para providenciar o enterro, arrumar um caixão. Cada um pagava sua colaboraçãozinha e tinha direito a morrer e ter um enterro com caixão. Agora, houve um problema lá. Por sinal, o senhor de engenho de Galiléia pertencia à direção da Liga Camponesa.

A.C. - Era o presidente de honra?

P.C. - Imagine como era isso! Mas apareceu uma questão, me parece que era de indenização de lavoura, qualquer coisa destas. Nessa época Julião era advogado e estava aqui, manifestando-se muito entre os estudantes, e eles chegaram a Julião. Julião passou a patrocinar a causa desses agricultores e, a partir daí, foi entrando na jogada do agricultor. Como ele tinha base política entre os estudantes, foi tendo, também, entre os agricultores. Foram então, por assim dizer, circunstâncias fortuitas que o levaram a isso. Julião é de Bom Jardim, proprietário de terras. A família tinha uma grande propriedade. Ainda hoje Zezinho mora lá. Eu o conhecia muito bem pois ele era casado com uma prima minha.

A.C. - Zezinho, quem é?

P.C. - É o irmão de Julião ainda mora lá. De forma que ele não tinha essas tradições assim, de agitador. As circunstâncias levaram a isso e depois à luta política. Quanto mais o governador Cid Sampaio perseguia o grupo político de Julião, as Ligas Camponesas, os agricultores, botava a Polícia em cima... Aqui apareceu um secretário de Segurança que fez volantes policiais para vasculhar essa zona canavieira, a prender e espancar camponeses. Toda força exige uma outra de contraposição, uma coisa puxa a outra, e Julião foi tomando fogo, quanto mais perseguiam, mais ele defendia, e foi crescendo, crescendo e tomando liderança. Depois a imprensa se encarregou de fazer o mito, que era Julião. Realmente é um homem extraordinário, um homem inteligente, um homem que sabe agitar os problemas, mas por sorte, na época, é o homem que não sabe organizar. Porque, se Julião tivesse aliado a perspectiva política, a agitação que ele tinha, a maneira de levantar o povo, e ele fosse um organizador, a coisa tinha sido muito séria. Mas ele não era organizador. Não sabia organizar coisa nenhuma. Agora, apareceu depois um padre, que começou a organizar as Ligas...

A.C. - Ah, já sei. Aquele português?

P.C. - Português, era o... padre Abílio.

A.C. - Então esse é outro...

P.C. - Ele estava organizando Ligas Camponesas, depois passou a organizar ligas estudantis.

A.C. - Alípio!

P.C. - Alípio. Estava começando a organizar ligas entre os policiais. Aí, o negócio ia ser muito sério.

A.C. - Como o senhor, como padre, via esse outro padre tão diferente assim?

P.C. - Eu achava que ele era radical. A linha que ele seguia era uma revolução armada violenta; e a linha que nós seguíamos - e que continuamos até hoje - são as reformas conquistadas pelos próprios agricultores interessados, mas através de uma legislação, dentro de um processo legal, constitucional de direitos e deveres. Eu não acredito, sobretudo nas nossas circunstâncias, que uma revolução armada e violenta de camponeses possa ter êxito. Não terá êxito porque, primeiro, não tem força para isso; segundo vai criar sempre maior violência. Nós só partiríamos para a violência, caso realmente quase aconteceu: com uma revolução civil, quer dizer, era uma defesa, pois estávamos sendo atacados de todos os modos e íamos nos defender. Isto pode acontecer: eles forçarem de tal modo, pessoas, famílias, grupos sociais e tudo, que, então, eles passam a se defender. Isto está dentro do espírito da própria lei. Com isso, pode acontecer um movimento violento. Mas não que a gente, já de início, diga: "As reformas, nós vamos conseguir através de uma revolução violenta, armada." Isto nunca foi, e nem é, o nosso pensamento. O padre Alípio na época pensava assim, desta maneira. Nós fomos contrários a ele por isso.



A.C. - Havia, também, outro grupo bastante radical que eram os estudantes, os jovens. Não sei se já no MEB naquela época ou grupos de alfabetização. Como é que o senhor se relacionou com eles? Qual foi o trabalho deles junto às bases?

P.C. - Uma coisa era o MEB, o Movimento de Educação e Base; e outra, o Movimento de AP de Ação Popular. Grande número deles também era do MEB, mas não se pode confundir uma coisa com outra, certo? Porque o MEB era o Movimento de Educação de Base que surgiu na mesma oportunidade que surgiram os sindicatos, as cooperativas, dentro de um Plano de Emergência dos Bispos, que, inclusive, nos ajudava até financeiramente. Quer dizer, parcela do dinheiro que tínhamos para movimentar o trabalho daqui do SORP, transportes, vinha através do MEB - Movimento de Educação de Base. Outra coisa era o grupo de AP, de Ação Popular, que, num determinado momento, por forças das circunstâncias políticas do país - não quero dizer toda ela, mas um grupo de AP - achou o seguinte: "Nós temos que participar da tomada do poder. O poder vai ser tomado pelas forças populares. Entre elas estão os comunistas. Temos que fazer uma frente única para participar do poder para fazermos alguma coisa. Se deixarmos que somente eles tomem conta, então vai ser um desastre. Então, nós cristãos, de AP, vamos entrar nessa jogada para, lá dentro, podermos participar disso aí e, dentro do governo, fazermos alguma coisa que salve alguma coisa." Então, a intenção de alguns elementos de AP que entraram nessa jogada era muito boa, muito nobre. Só que eu a achava ingênua e não entrei nessa jogada. Eu achava que era ingênua e, por isto, não fui com eles, e aí minha divergência com eles. Eles disseram: "Nós fazemos frente única com os comunistas, topamos todas as paradas porque lá iremos salvar alguma coisa." Eu dizia: "Eu não faço frente única com eles, porque eles vão utilizar-se de mim, do nosso grupo, como estão fazendo aqui, e depois não vão fazer nada. Agora, tratando-se de uma reivindicação concreta, justa, nós podemos caminhar juntos, mas em termos globais de política... Segundo, no momento não está nos interessando a política lá de cima: quem vai ser, se João, se é Manuel, quem vai ser o presidente da República, quem vai dominar aquele negócio... Não está nos interessando. Porque sai de um latifundiário lá do Rio Grande do Sul, vai passar para um de Minas; sai de um latifundiário de Minas, vai passar para um grande industrial ou cafeicultor lá de São Paulo. Vai ser sempre alguém da classe dominante que vai nos dar os restos e as migalhas. Seja quem for, estaremos sempre na oposição, reivindicando. Esse capítulo, essa estrada não é a minha". E daí a nossa divergência. Daí por que nas eleições da CONTAG, onde tínhamos tudo para vencer, se os cristãos estivessem unidos, nós tínhamos mais que 17 votos, enquanto que os comunistas teriam talvez uns oito, os comunistas ganharam. Por quê? O pessoal de AP estava junto com os comunistas. Nós não quisemos. Agora, mostrei a eles: "foi a única coisa que vocês ganharam nessa composição com eles? Uma vice-presidência com todos os quadros dos diretores da CONTAG, a segunda vice-presidência." tem 12 pessoas, com o conchavo que eles fizeram com os comunistas, conseguiram uma segunda vice-presidência.

A.C. - Mas o resto não era comunista, não é?

P.C. - Não eram todos comunistas, mas estavam ligados ao pessoal de esquerda. Estavam nessa onda de fazer frente única.

A.C. - E o pessoal da AP estava muito ligado aqui ao MEB?

P.C. - Boa parte do pessoal da AP eram funcionários do MEB, faziam parte do quadro do MEB. Não quer dizer, absolutamente, que eram todos, que o MEB tivesse a mesma

filosofia de AP. Alguns elementos de AP, que aderiram a essa filosofia, a essa linha de trabalho de ação, também eram funcionários do MEB.

A.C. - Eles tinham ligações com o governo Arrais?

P.C. - Acredito que não. Enfim, acho que tinham alguns... Não digo governo Arrais, mas com o Movimento de Cultura Popular. No MCP tinha gente muito boa, fazendo trabalhos realmente muito interessantes, e alguns participavam disso. Aliás, era um dos aspectos mais positivos do governo Arrais o Movimento de Cultura Popular. Realmente havia um esforço de levar cultura ao povo.

A.C. - Que eu saiba havia no secretariado de Arrais pessoas muito católicas ligadas à Igreja.

P.C. - Exato, exatamente no Movimento de Cultura Popular. Exatamente nessa área.

A.C. - Talvez uma pergunta um pouco indelicada: Como eram as suas ligações com o padre Melo? Porque o estilo que o senhor tinha de atuar junto aos camponeses, me parecia muito diferente em relação ao padre Melo. Ele era um pouco a réplica do Julião, que era muito vibrante, falava muito. Como é que o senhor se entendia com ele?

P.C. - As coisas entre nós foram planejadas e definidas em áreas de trabalho. Tudo o que aconteceu não foi nada de fortuito; foi fruto de uma reunião com o arcebispo, com outras pessoas, comigo, com o padre Melo etc. Ele é, como você conhece, um homem com uma inteligência muito viva, muito rápida, um pensamento muito rápido. Um homem que tem uma fala muito fácil de discursar, de influenciar. É um homem de comunicação, de jornais, televisão. Ele é para o grande público, para a grande massa; e eu não sou nada disto. O meu trabalho é organizar. Meu trabalho era ficar organizando o pessoal, os sindicatos, os grupos, dando consciência, discutindo com eles seus problemas, suas dificuldades, questionando, problematizando, para que eles mesmos descobrissem as soluções. Tendo todo o cuidado para não impor, para que eles fossem vendo suas possibilidades de enfrentar, com suas próprias forças, determinadas situações. E não isoladamente, mas de maneira conjunta, organizada. Ficou acertado que este seria o meu trabalho e aquele, o de padre Melo. Porque o nosso trabalho no sindicato precisava muito de um apoio da grande opinião pública. A gente necessitava que a classe dominante, que a classe média, que a classe estudantil, que a classe operária, enfim, que todo o resto do Brasil começasse a perceber a luta dos camponeses. Isto, dentro do nosso planejamento, era essencial, para que a classe não ficasse odiada, isolada na sua luta, na sua reivindicação. Por que os camponeses estão invadindo a cidade do Recife? Todo mundo fica contra, o comércio fechando as portas, as donas-de-casa apavoradas, os ônibus fechando as portas, entendeu? Era preciso que a cidade do Recife soubesse: "Esse povo está morrendo de fome. Esse povo está vindo aqui, porque já deviam ter pago a ele o 13º salário que vocês receberam em dezembro. Já é fevereiro e não pagaram ainda. Esse povo está aqui, porque são eles que plantam o feijão, o milho, o arroz que vocês tem na mesa, e eles, muitas vezes, não tem esse alimento na mesa deles." Era necessário criar uma opinião pública favorável ao movimento camponês. O encarregado disto era o padre Melo.

A.C. - Aproveitando os dons especiais que ele tinha para isso.

P.C. - Os dons que ele tinha. Então, por exemplo, íamos ao Rio de Janeiro, e lá eu era o empresário do padre Melo. Ficávamos em um hotel, ou na casa de um colega, e eu me dava ao trabalho de telefonar para todos os jornais e rádios do Rio de Janeiro para marcar entrevistas coletivas, programas de rádio e televisão com o padre Melo, não comigo. Não me interessava aparecer em televisão e rádio, muito ao contrário: quanto menos eu aparecesse em rádio, em televisão, melhor. Mas, infelizmente, tive que aparecer muito. E até hoje continuo sendo odiado e preterido em muitos lugares por conta desse trabalho. Mas o padre Melo era para isso mesmo, de forma que ele nunca organizou um sindicato.

A.C. - Nunca como? O do Cabo quem organizou?

P.C. - Mesmo o sindicato do Cabo foi organizado pelo nosso grupo. Ele deu todo o apoio, reuniu o pessoal, essa coisa toda, mas ele nunca organizou um sindicato.

A.C. - Era uma espécie de relações exteriores do movimento?

P.C. - Sim. Agora, aconteceu uma circunstância antes da revolução. O padre Melo tinha na casa paroquial um escritório daquela organização IBAD - Essa coisa... Democrático, não sei o que, tinha uma revista...

A.C. - Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

P.C. - Exato. E esse IBAD, que dava benefícios ao pessoal e que era na casa paroquial, foi fechado pelo governo Miguel Arrais. Aí o Melo estourou, brigou com o governador. Já tinha brigado antes, no início, com o Cid, quando houve a desapropriação das terras. Foi aí que o padre Melo se projetou.

A.C. - Foi na questão da Companhia de Borracha Sintética?

P.C. - É. Naquela ocasião o padre Melo se projetou por causa disso. Houve aquelas desapropriações, o padre Melo se colocou ao lado dos agricultores que moravam na área, contra o governador, e então foi aquele negócio que tomou vulto nacional. Realmente ele resolveu o problema porque conseguiu terras para o pessoal, e a partir daí a gente ficou sabendo as qualidades, as possibilidades do Melo. Nessa outra briga dele com Arrais, o Melo ficou publicamente contrário ao governador. Contração aos comunistas.

A.C. - Porque o IBAD no fundo foi o grande organizador civil na Revolução de 64.

P.C. - É. Dizem que foi.

D.P. - Qual era a relação entre o IBAD e o movimento de vocês?

P.C. - Nenhum, nenhum.

D.P. - E como é que o padre Melo tinha essa ligação?

P.C. - Isso era na paróquia, na casa paroquial dele, ele tinha o serviço do IBAD, mas nada tinha a ver com o movimento.

D.P. - Era relação pessoal do padre Melo?

P.C. - Era relação pessoal do padre Melo.

D.P. - Então o trabalho do padre Melo tinha a ver com o IBAD?

P.C. - O trabalho da paróquia dele, veja bem, porque o trabalho dele era de grande público. E ele tornou-se contra o comunismo, contra Miguel Arrais: enquanto parecia que eu não era contra. Eu parecia, assim, lá e cá, fazia certos caminhos, enquanto o que me interessava não era política. Meu interesse era o do trabalhador e se o movimento estava na mão deles. Então o que aconteceu foi isto. Depois da revolução, algumas forças da revolução militar deram maior apoio e prestígio ao padre Melo e me tiraram o apoio. A orientação geral aos sindicatos dos trabalhadores rurais, passou a ser dada diretamente pelo padre Melo, apesar dele ter vindo nessa época para o SORP, Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, que permaneceu no seu trabalho normalmente. Mas o padre Melo é quem reunia os sindicatos, indicava os interventores à Delegacia do Trabalho...

[FINAL DA FITA 3-A]

A.C. - Ele fez um curso?

P.C. - Fez um curso, preparou o pessoal, indicou os interventores, e a Delegacia de Trabalho nomeava os interventores. E aí começou a grande divergência, porque eu dizia: "Isso é o maior crime que vocês estão cometendo ao movimento sindical rural do Brasil. Por que intervenção em todos os sindicatos? Todos os sindicatos são comunistas? E, se se afastou fulano ou beltrano, não se pode continuar o movimento sindical, reabilitar esse sindicato? Por que fazer intervenção sistemática em todos os sindicatos?" Eu não fui de acordo com isto, mas ele achava que era uma boa oportunidade de se reorganizar tudo, que a revolução trouxe vantagens, mandou que fosse descontada, na folha de pagamentos de todos os agricultores, sistematicamente, a contribuição para os sindicatos. O sindicato passou a arrecadar somas fabulosas. Também sou contra. Por que sou contra? Porque eu queria justamente um trabalho educativo, em que o trabalhador sentisse a necessidade de pertencer e participar do seu sindicato. Se o sindicato é importante para mim, eu participo inclusive financeiramente. "Está aqui a minha contribuição." Como é feito em sindicatos do Sertão e do Agreste, por isto é que são sindicatos bons e fortes. Mas aqui não: na zona canavieira, de assalariados, passava a ser descontada na folha de pagamento pela usina. Isto é arma de dois gumes, porque se os sindicatos começam realmente a lutar, a reivindicar nessa propriedade, nessa usina, o usineiro não desconta, começa a atrasar os descontos dos sindicatos - é uma arma que está nas mãos dele - começa a protelar o desconto para o sindicato e, com isto, cria dificuldades para os sindicatos. De alguma maneira, se está manietando a diretoria dos sindicatos, que tem seus compromissos a pagar, de funcionários etc. Se aquele dinheiro não chega, como é que vai fazer isso? De alguma maneira ele não vai querer pressionar muito determinadas lutas dentro da usina, só por conta desse dinheiro - outra coisa que eu fui contra. Ele achava que não, que era importante, pois cada sindicato teria sua sede própria, seu gabinete dentário, gabinete

médico, seu jipe, seu transporte. De fato, todos os sindicatos passaram a ter suas sedes, o transporte, passaram a remunerar seus diretores, a fazer receitas médicas, a tratar dos dentes do povo, quer dizer, passaram a ser outros sindicatos e não aquele que nós imaginávamos...

A.C. - Uma réplica no fundo dos sindicatos trabalhistas urbanos... que são bastante influenciados pelo governo.

P.C. - Exato, que são postos médicos para atenderem o povo, mas esquecendo aquele aspecto de luta. Não digo que os sindicatos um dia não possam ter tudo isso, mas é que no momento que vivem os trabalhadores rurais... este momento é de luta, de reivindicações. Por que agora vou botar um dentista para estar arrancando dente do povo, ou estar passando receita médica, se ele não tem nem dinheiro para comprar o remédio? Vamos primeiro lutar para eles terem um salário melhor. Vamos botar escola nos sindicatos, quando a lei diz que a empresa deve botar escola? E outras coisas. Quer dizer, vamos primeiro pedir o que é de direito, de lei, ou conseguir mais coisas, e não tirarmos dinheiro do povo para que os sindicatos comecem a fazer certas coisas que são próprias do poder público, que são próprias da empresa. Então é uma visão diferente de sindicato.

A.C. - Mas o padre Melo tomou conta do SORP, depois de 64?

P.C. - Não do SORP, não, porque o diretor...

A.C. - Continua sendo o senhor.

P.C. - [riso] É. Não tomou conta não, mas ele passou mais uma vez, porque como meu interesse é com os trabalhadores, não fui criar problema nenhum. Recebi de muito bom grado que ele ficasse lá dentro, e fazendo essas reuniões todas porque era sempre uma oportunidade que tínhamos de ver como salvar o essencial. Salvar o essencial, às vezes, por exemplo, visando até intervenções... Fomos até obrigados, em certas ocasiões a dizer: "Não bote fulano, bote beltrano como interventor no sindicato." Porque a gente achava que aquele outro seria um desastre, e o outro poderia ser melhor.

A.C. - O padre Melo é muito ligado ao Romildo Leite, delegado de Trabalho?

P.C. - Isto eu não sei. Estou contando a história como foi. Hoje em dia a gente se vê... Por sinal diga-se de passagem, pessoalmente me dou muito bem com ele. Nós somos colegas. Agora, na questão de orientação da visão do que seja o movimento sindical etc., é que nem sempre nós concordamos, não é?

A.C. - Então a hierarquia da Igreja aceitou essa convivência dessas duas linhas, a sua e a dele?

P.C. - Sim. É, aceita.

A.C. - Para ver, a médio e a longo prazo, qual a que surte mais efeito?

P.C. - Não. Porque de fato como o padre Melo não tinha influência na organização dos sindicatos -, aquela atuação dele foi imediatamente após à revolução - com o tempo

muitos sindicatos perceberam também que não era uma atuação muito correta, ele, então, não continuou nesse trabalho direto de orientação de sindicatos. Não continuou porque não tinha base, nem conhecimento nessa parte de organização dos próprios sindicatos. E nós não continuamos, porque não foi mais permitido e, graças a Deus, não era mais necessário. Quando começaram as pressões maiores para que o SORP não estivesse mais orientando nenhum sindicato, já estávamos praticamente fora, não tínhamos mais quase nenhuma atuação. Os sindicatos estavam realmente autônomos em todos os seus setores. Nós continuávamos trabalhando com os camponeses, mas agora era um trabalho mesmo de, digamos assim, mais diretamente de evangelização. Não mais de organização, de conscientização sindical, mas de evangelização neste sentido: chamando a atenção do cristão agricultor para seu engajamento na própria vida. Porque, para ser cristão de verdade, ele tem que se engajar na luta, e o instrumento melhor que existe é o sindicato. Nossa evangelização é de despertar o trabalhador e prepará-lo para que atue através de seu sindicato. Por exemplo: não vamos pegar uma questão e fazer trabalho paralelo. Nós não vamos oferecer um advogado para defender o trabalhador. Ele tem seu sindicato para isso. Então não fazemos organizações paralelas, nem movimentos paralelos. O movimento é deles, é dos trabalhadores. E aqueles que não tomaram consciência, nós procuramos conscientizar, para que fortaleçam seus sindicatos, procurem defender seus direitos através dos sindicatos.

A.C. - Um ponto que eu queria tocar com o senhor é o das cooperativas. Essa tendência de organização de cooperativas começou antes da revolução, e, pelo que posso constatar, esse movimento tomou força. Atualmente o senhor está muito envolvido com ele. Gostaria que nos desse uma idéia de como começou isso e que frutos rendeu.

P.C. - Logo no início, quando planejávamos o trabalho com os camponeses, os próprios bispos, falávamos em sindicatos, cooperativas e educação de base. E nós aqui colocamos mais um, que seria uma etapa posterior, que era a participação política partidária mesmo. Mas não chegamos nem sequer a arranhar, justamente porque achávamos que não estava ainda no momento. Começamos o movimento sindical, chegou num determinado momento achamos que já devíamos entrar para o movimento cooperativista. Por quê? Porque a gente acha que o movimento sindical é o aspecto de luta política de reivindicação; e a cooperativa, o aspecto econômico. Então seriam como duas pernas: o sindicato e a cooperativa. Achávamos que a cooperativa deveria surgir dentro do próprio sindicato. Começamos, então, a organizar cooperativas de trabalhadores rurais a partir dos sindicatos. A sede da cooperativa, muitas vezes, começou na própria sede dos sindicatos. Alguns dos jipes eram os mesmos. O sindicato era que dava a mão para a formação inicial da cooperativa. Pensamos inicialmente em fazer cooperativas de crédito mútuo, mas a legislação naquela ocasião não permitia.

A.C. - Crédito mútuo seria o quê?

P.C. - Uma poupança financeira entre os trabalhadores, para podermos financiar pequenas necessidades, pequenos projetos reprodutivos. Por exemplo: era uma vaquinha, era uma máquina de costura financiada. Pensávamos em deixar 70% para financiamento de pequenas necessidades reprodutivas, como uma vaca, uma máquina de costura, um arado; e 30% seriam para financiamento de consumo, uma roupa, sapato etc. Mas não foi possível. Então fizemos cooperativas mistas de trabalhadores rurais,

começando com a seção de consumo, porque o grande problema na Zona da Mata era o barracão da usina. Extorquia tudo do trabalhador, escravizava. Havia trabalhadores que não recebiam nem o salário porque tiravam tudo em alimentos no barracão a preços extorsivos. Era uma necessidade muito sentida dos trabalhadores. Discutíamos muito com eles, mesmo sabendo a dificuldade tremenda da cooperativa de consumo, mas era o que eles queriam mais, e começamos por aí. Organizamos algumas cooperativas com muitas dificuldades, pedimos a ajuda da Liga das Cooperativas Americanas, que deu uma ajuda, um reforço. Agora, pensávamos que isto ia crescer outros setores da cooperativa, até chegar à possibilidade da cooperativa entrar num programa de colonização, de distribuição de terras etc... Pensávamos também a coisa em termos globais e aí organizamos uma federação de cooperativas.

A.C. - Quando foi isso, já depois de 64?

P.C. - É. A federação já foi depois de 64. Essa federação ainda existe até hoje, e é ela que orienta, que coordena os trabalhos dessas pequenas cooperativas de trabalhadores rurais. Hoje em dia mesmo o diretor da cooperativa tem que ser o próprio camponês, o próprio lavrador. Eles poderão ter seus assessores técnicos, seus gerentes, seus assessores educativos, seus contabilistas, mas o diretor do conselho diretor tem que ser agricultor. E assim é até hoje. As cooperativas são de camponeses mesmo.

A.C. - Quantas há?

P.C. - São ao todo 18 cooperativas, mais atuantes temos oito. E tem uma até que vai indo muito bem, que é a de Carpina. Já conseguiu uma fábrica de fazer mandioca e outros projetos muito interessantes, como criação de suínos, criação de aves, projeto da vaquinha... Uns trinta e poucos deles, cada um comprou uma vaquinha financiada, financiada pelo Banco do Brasil em três anos. Uma série de projetos que a cooperativa está fazendo para beneficiar os seus associados. Agora tem a cooperativa de Tiriri...

A.C. - Que foi a primeira.

P.C. - Essa não fomos nós que criamos; foi o padre Melo, que é o gerente da cooperativa, presidente, tudo. Então isto aí foi uma grande luta por terras que o padre Melo fez e conseguiu essa desapropriação em vários engenhos para fazer uma cooperativa. Naturalmente, houve muitas distorções, porque havia um grupo mais forte para orientar, uns acabaram comprando lotes dos outros, e já tem médico da cidade, funcionário, que tem duas, três parcelas, não é? Mas isto se está procurando corrigir, e há um certo saldo positivo.

A.C. - Antes de 64, o senhor criou alguma?

P.C. - Criamos, sim. Jaboatão mesmo, começamos antes de 64 e, por sinal, não existe mais. Foi uma que se acabou.

Essa do padre Melo, eu achava que ela precisava se consolidar um pouco mais. Ele agora está partindo para comprar uma usina, a de Cerro Azul, a cooperativa de Tiriri está querendo comprar uma usina com setecentas famílias no campo.

A.C. - Já é uma empresa complexa, não é?

P.C. - Acho que é um passo muito temerário, eu firmaria mais a cooperativa de Tiriri etc., até poder dar esse passo. Não sei se ele vai conseguir dentro de uma estrutura, no meio de tantas usinas, um complexo inteiramente noutra sistema, capitalista, um tanto quanto feudal... Como é que ele vai conseguir manejar essa equipe?

A.C. - Quantos trabalhadores tem nessas cooperativas? O senhor tem alguma idéia?

P.C. - Não teria uma idéia exata. Agora na federação você poderia conseguir uma informação precisa, conversar com o pessoal, porque é feito um trabalho muito miúdo. Mensalmente a federação reúne os diretores das cooperativas, debate os problemas com eles.

A.C. - Está ligada à federação, Fetap?

P.C. - Exato, Fetap. Debate com eles, mas é como você sabe: entre as muitas falhas do sistema cooperativista brasileiro, uma delas é que os empréstimos concedidos através das cooperativas, devem ter o aval dos diretores. Para um diretor avalizar esse empréstimo, ele tem que ter bens, com isto os diretores de cooperativas devem ser pessoas de posses para poderem avalizar grandes empréstimos em benefício da associação cooperativa. As cooperativas de trabalhadores rurais são de pobres, de agricultores que não têm nada e, portanto, não podem avalizar, não podem tirar empréstimos vultosos nos bancos. Então, como foi que nós vivemos? Vivemos esses anos todos com ajudas externas, com suporte externo, que era a Liga das Cooperativas Americanas, às vezes uma ajuda de miséria, outras de [inaudível], que mantém a equipe de educação dessas cooperativas ou que aprova pequenos projetos, como aquele de ração da cooperativa de Carpina, que foi um projeto da diaconia, que é outra entidade, ou do Conselho Mundial das Igrejas. Agora é que algumas delas já estão numa certa firmeza econômica, que os bancos já estão abrindo empréstimos, elas já estão operando normalmente com os bancos.

A.C. - Vocês preferiram optar por uma ajuda externa do que pela formação de diretorias com pessoas estranhas aos trabalhadores?

P.C. - Exatamente, não tínhamos outra saída. Para a cooperativa ter financiamentos nossos, teríamos que ter uma diretoria que tivesse condições financeiras, bens patrimoniais para poder avalizar os empréstimos, e aí ficar eternamente na frente da cooperativa, porque o seu patrimônio está empenhado naquilo ali, e não é justo que, com o patrimônio empenhado, vá sair da direção cooperativa. E por isso que muitas vezes os diretores das cooperativas ficam anos e anos à frente da cooperativa, porque outros não têm condições de avalizar aqueles Títulos e uma série de coisas. É uma das deficiências mais graves do nosso sistema cooperativista. Agora se está tentando muito, há outras ajudas, há outros programas do governo, o Pólo Nordeste, o Projeto Baixa Renda. São alguns projetos que já têm condições de alocar indiretamente recursos da cooperativa, sobretudo através de ajuda técnica. Essas pequenas cooperativas também já chegaram a um ponto de começarem a receber a confiança desses órgãos de governo, que já estão agora alocando técnicos para essas cooperativas, um contador, um agrônomo, um veterinário, um gerente, com isto elas terão um impulso maior, mas



foram dez anos de luta, para que elas começassem a ser olhadas, credenciadas pelos órgãos de governo.

A.C. - O senhor não tem tido problemas mais sérios com os proprietários nesse período todo? Como é que eles vêem tudo isso? Ou a luta é dura nessa área?

P.C. - Infelizmente, apesar da minha luta com os trabalhadores não ser contra ninguém, mas sempre a favor da verdade, da justiça, porque no final iria beneficiar também os lavradores, os grandes proprietários, mesmo a classe média, classe dominante... Se o trabalhador rural tem melhores condições, ganha mais, tudo isto vai beneficiar todo mundo, não só alguns. A nossa luta tem uma perspectiva mais global, não é um negócio faccioso, para ver só a classe miserável, passando fome. É uma perspectiva mais global, para um desenvolvimento harmônico da sociedade. Nem sempre isso é entendido. Nossa luta é entendida como sendo contra os proprietários, contra os patrões. Não. Nós somos contra o latifúndio. Somos contra o latifúndio improdutivo, mesmo porque ele é um fator de atraso. De atraso para o país inteiro, para todo mundo. É um fator de atraso. Ninguém progride com as terras criando lagarta e cobra; só se progride com a terra produzindo. Mesmo o latifúndio extensivo também é irracional. Está provado estatisticamente, com levantamentos oficiais do governo, que a pequena e a média propriedade em todos os pontos são mais rentáveis. Aplicam mais mão-de-obra, a produtividade é maior em todos os aspectos... Até na cultura da cana, do café, de que se diz sempre que tem que ser em grandes extensões, até nessas culturas, a pequena e média propriedade são mais rentáveis. Portanto, a nossa perspectiva era de desenvolvimento global. Era de benefício para o país, não era para ser contra as pessoas. Agora, as coisas não se dissociam, não é? A pessoa que é dona de terras de tal modo se mistura com a terra, que quando a gente ataca a terra, ataca a dona da terra. Eles acham que sou contra eles.

A.C. - Houve esse problema em Jaboatão?

P.C. - Houve em toda parte, e, por conta disso, logo depois da revolução, eu fui indiciado no Inquérito Policial Militar de Subversão na Zona Canavieira, na zona rural de Pernambuco. Fiz a minha defesa, mostrei toda a minha documentação, e ficou provado e claro que eu não tinha nada disso de subversão nem de comunismo, e não fui sequer pronunciado. Retiraram meu nome desse inquérito policial militar. É como diz o outro: "Me passaram pelo crivo, tiraram a prova dos nove." Viram que eu não era nem comunista nem subversivo, mas continuam as incompreensões. Não me compreendem e, por conta disso, sou preterido em algumas coisas, certos trabalhos, porque acham que eu não mereço confiança.

A.C. - Mas a hierarquia da Igreja lhe apoiou sempre?

P.C. - Graças a Deus, e hoje ainda mais que antes. Naquela época, quando começamos e alguns anos mais, tivemos muitos colegas padres, até bispos, que também não entendiam, que não compreendiam, achavam realmente que éramos subversivos, não que fôssemos comunistas, mas que estivéssemos agitando, que aquilo não era trabalho de padre, nosso trabalho deveria ser de Igreja, mas tudo isso era uma mentalidade que havia na antiga Igreja. Eram compromissos circunstanciais históricos que padres e bispos tinham com o poder dominante, com os latifundiários, os patrões, mas tudo isto vai mudando mais depressa do que a gente pensa.

A.C. - Um as perguntas mais biográficas. Como é que o senhor se encaminhou para a Igreja, como se revelou a sua vocação religiosa? Quem eram os seus pais? Que tipo de formação religiosa o senhor teve?

P.C. - Meu pai era agricultor lá em Bom Conselho, tinha uma fazendinha, criava um gadinho, umas vinte vaquinhas de leite e, ao mesmo tempo, tinha uma vendinha na rua. Um pequeno comerciante e pequeno fazendeiro.

A.C. - Pequena terra?

P.C. - Pequeninha, tinha vinte vacas. Imagine vender leite de vinte vacas, o que é que dava.

A.C. - Eram quantos hectares?

P.C. - Era zona do Agreste... Deviam ser uns 100 hectares, que era uma fazendola nessa área do Agreste, mas que dá perfeitamente para viver bem, portanto éramos de classe média, com dificuldades, mas pôde nos educar.

Naquela ocasião não havia educação, a não ser até o quarto ano primário. Certa vez, percebi meu pai e minha mãe conversando à noite sobre o que eles iriam fazer: o menino ia terminar esse ano o quarto ano primário. "E agora como é que ele vai continuar os estudos?" Aí, como muitos outros, ele vendeu tudo que tinha lá e veio aqui para Recife para podermos continuar os estudos. Aqui ele foi começar a vida de novo, a ser comerciário, a vender sapatos numa sapataria. Como pobre, morando numa casa de vila. Ele fez grande sacrifício, porque lá ele era por assim dizer, de classe média, tinha uma situação boa e vendeu tudo por causa da nossa educação. Aqui se tornou tudo mais caro. Foi ser comerciário, morava numa casinha de vila, depois entrou como bancário, mas pela experiência chegou a ser gerente numa dessas agências daqui, assim ele faleceu. Mamãe foi professora desde o início, professora primária a vida inteira. Lá mesmo em Bom Conselho, continuando depois aqui. Religiosos...

A.C. - Era formada?

P.C. - Era. Professora formada. Papai é que acho que só fez o primeiro grau, mas naquele tempo valia muito; mamãe professora. Via sempre eles estudando; papai devia ter, equilibrando hoje, uma cultura de grau médio, técnico. Chegou a ser gerente de banco aqui na capital. Muito experiente.

A.C. - Como era o nome deles?

P.C. - Papai chama-se Arquimedes Crespo; e mamãe, Maria Dolores Crespo.

D.P. - O senhor é o filho mais velho?

P.C. - Eu sou o primogênito, o mais velho, somos cinco. Lá em Bom Conselho eles eram muito religiosos, pertenciam a associações religiosas. O vigário era o meu padrinho, eu sempre o ajudava, era quem o ia chamar para dar o catecismo na escola. Acredito que a imagem dele, de padre muito desprendido, muito bom, muito pobre... Era homem de todo mundo entrar na casa dele pela porta da frente e sair pela detrás à

vontade, matutos... Homem que recebia uma espórtula, um envelope fechado, e ao primeiro pobre que pedisse a ele, ele dava o envelope fechado, do jeito que havia recebido. Assisti à morte dele e fiz seu enterro. Abri seu testamento. Na carteira dele tinha apenas dois cruzeiros; no seu testamento, uma coleção de livros que deixou para a sobrinha e mais nada, nada, nada, absolutamente nada.

A.C. - Como se chamava ele?

P.C. - Era Alfredo Pinto Damas, um homem de uma coragem extraordinária, enfrentando coronéis do interior...

A.C. - Bom Conselho era uma área brava.

P.C. - Pois é. Era um homem muito bravo, de uma retidão impressionante, muito ligado ao povo. Passou 39 anos naquele lugar. Era um homem muito pobre, muito reto. Ele me impressionou muito e resolvi ser padre.

A.C. - O senhor teve contato com ele até que idade?

P.C. - Na cidade até os 12 anos e depois quando entrei para o seminário, que entrei logo, aos 12...

A.C. - Quando veio para Recife, entrou direto?

P.C. - É, e todos os anos eu ia lá, passava as férias e aproveitava que ele ia para as capelas e ia com ele.

A.C. - O senhor ficava na igreja. O seu pai tinha vendido tudo?

P.C. - Eu tinha muitos parentes lá. Família toda de lá, não é? Mesmo depois de padre, sempre ia ajudá-lo nas épocas de férias. Ele já estava cansado, já velhinho. Eu ia para as capelas, deixava ele na rede conversando com os matutos e ia fazer o trabalho no lugar dele. Até o enterro, fui eu que fui fazer, e, por sinal que ele me perdoe, ele tinha dado uma determinação que eu não cumpri. Ele era muito amigo dos índios, aqueles índios que tem em Águas Belas. Ele era o chefe dos índios e no testamento ele dizia: "Se os índios pedirem meu corpo..."

[FINAL DA FITA 3-B]

A.C. - Os índios moravam em Águas Belas?

P.C. - É, em Águas Belas. Sempre foram grandes amigos dele, e protetores para o que desse e viesse, inclusive armados para defendê-lo. Mas então ele tinha me dito, muitas vezes, que gostaria de ser sepultado em uma ermida, numa capelinha que tem lá em cima de uma serra, e a cidade de Bom Conselho é no pé dessa serra. Ele gostaria de ser sepultado lá, porque ficaria "olhando" a cidade toda lá de cima e abençoando o povo dele. Isto ele disse muitas vezes. Agora, perto de morrer, ele disse: "Se os índios pedirem meu corpo, entregue." Eu achei que aquele outro desejo dele era maior, de forma que levei o corpo para Bom Conselho, e aquela multidão... Foram 24 horas o povo passando em volta do caixão, ininterruptamente. Chegaram os índios, e o pessoal

achando que eles iriam roubar o corpo... Mas tive entendimento com o chefe dos índios e disse: "Padrinho disse muitas vezes que gostaria de ser enterrado lá em cima da ermida. Como vocês sabem, enterrá-lo aqui vai ser muito bom porque muita gente vai visitar o túmulo dele, o povo todo daqui. Mas se a gente levar para a capelinha de vocês, de Águas Belas, o pessoal daqui não vai poder visitar porque fica a mais de vinte léguas - cento e tantos quilômetros. Só vocês é que vão ficar lá com ele, então era melhor colocá-lo aqui." Aí entrei em entendimentos com eles e não disse a eles que o padre tinha dito que se eles pedissem, levassem o corpo. Eles também não me chegaram a pedir. Mas havia uma onda que eles iam roubar o corpo. Mas aí me entendi com eles, convenceram-se, e fizemos o sepultamento dele na capelinha de Santa Teresinha, que é assim em cima da serra, olhando para a cidade. A.C. - Naquelas visitas que o senhor fazia a Bom Conselho, já tinha um contato muito grande com a população, com os problemas?

P.C. - Muito, muito...

A.C. - O Agreste lhe marcou muito...

P.C. - Muito, toda a minha família é de agricultores lá. Agora, lá no interior a situação é muito diferente da na Zona da Mata. O grande choque foi aqui. Porque lá não há muita diferença entre o patrão e aqueles trabalhadores. A gente foi criado misturado com aqueles molequinhos ali da fazenda, aquele pessoal. A gente estava numa grande mesa, e chegava um trabalhador daqueles, mamãe mandava logo: "Traz um prato para ele. Botava a cadeira e sentava com a gente na mesa e comia. A maioria deles era afilhado. Havia uma certa convivência, não havia muito conflito, era assim que nós vivíamos lá. Por exemplo, o leite: cada família daquelas tinha direito a levar cinco litros de leite para casa para as crianças, e elas podiam ir sempre de manhãzinha no curral beber leite. Isto era a coisa mais normal. Não havia problema. De forma que eu tinha aquela imagem do Agreste meridional daquela época. Agora está mudando. Naquela época havia uma certa convivência. Também o pessoal nosso, mesmo os proprietários, o meu pai, o meu tio eram homens que viviam de alpercatas, nunca calçaram um sapato.

A.C. - Não havia moradores na fazenda?

P.C. - Havia moradores.

A.C. - Quantos?

P.C. - Havia uns seis moradores, que cuidavam do gado. Havia um que quando veio formar o filho dele aqui na Faculdade de Direito, nós compramos um sapatinho para ele, mas ele não agu"entou, quebrou o sapato e virou chinelo, porque não tinha hábito disso. Então a cultura era mais ou menos igual, só que um comandava a fazenda e os outros colaboravam no trabalho da fazenda. De forma que não tinha aquela miséria. Quando fui ser vigário de Jaboaão, já com 24 anos...

A.C. - O senhor nasceu quando?

P.C. - Nasci em 32.

A.C. - Em que dia?

P.C. - Em 30 de abril. Quando cheguei em Jaboaão, o choque foi terrível porque encontrei um povo maltrapilho, faminto, dormindo no chão, as casas cobertas de palha, uma panela velha com, muitas vezes, um pouquinho de feijão e um punhado de farinha. Uma miséria total e, além disso, toda aquela pressão que havia por parte das usinas - aquele sistema mesmo de escravidão na zona canavieira. Isto para mim foi um choque muito grande e tanto maior porque eu, como vigário da paróquia, era chamado para celebrar nas capelas da usina e depois ia me banquetear e tomar o café na casa dos usineiros, onde a situação era o paraíso de Maomé, totalmente oposta. Bom, inicialmente...

A.C. - Havia luxo nessas casas?

P.C. - Havia esbanjamento, esbanjamento. Porque, inicialmente eu dizia, as pessoas todas católicas, muito boas, muito religiosas. Eu mandava um bilhete dizendo: "Olha, fulano lá está morrendo, é preciso levar para o médico. Imediatamente elas pegavam um carro, apanhavam aquela pessoa, levavam para o médico, tratavam muito bem, tudo isto elas faziam. Não quero acusá-las, longe de mim isto. Elas também são vítimas de toda uma história, toda uma situação. Foram criadas assim, viveram assim, não têm outra maneira de viver a não ser desse jeito. Sempre pensaram que o pobre é para ser assim mesmo. O pobrezinho tem aquilo e está bom; e nós temos isto aqui. Nunca a Igreja os questionou; ao contrário, sancionava, abençoava toda aquela situação, participando dos seus banquetes, das suas festas etc. etc. Então eu vou acusá-los, dizer que são culpados? Isto não, absolutamente.

Agora, também acho que a situação não pode continuar assim. Acho que a conversão deles só será a partir dos pobres. A conversão dos ricos é a partir da reivindicação da luta dos pobres. É o pobre mostrando seus direitos, as suas necessidades, que vai obrigá-lo a refletir que isso que está sobrando na minha mesa não me pertence mais, é daquele outro a quem está faltando na mesa. Eu devo ter o necessário, mas o que está me sobrando não é meu. Não tenho o direito de desperdiçar os bens da terra, que são para todos e não apenas para alguns. Então foi um choque muito grande. Isto foi o que motivou aquele início de conversa que eu tive com você. Comecei a refletir: "Mas não é possível: esse povo trabalha tanto e não ganha... É diferente da minha terra." Lá a casinha deles não diferia muito da nossa. Não diferia muito da nossa. A nossa talvez diferisse um pouquinho em alguns hábitos de higiene que a gente tinha e eles não tinham. Mas aqui o contraste era muito forte e isso levou-me a pensar que o negócio estava muito errado e era preciso organizá-los para começar a reivindicar alguma coisa que eles tinham direito. Assim foi minha vida de padre logo no começo, desde o início.

Antes de ir para Jaboaão passei um ano aqui no Vasco da Gama, cooperador de um colega - meu primeiro ano de padre. Mas o bispo me deu um programa de rádio para fazer, e nessa paróquia operária também tive muito contato com os operários. Moças tuberculosas em fábricas... Eu ia e perguntava como era. Não ganhavam nem um salário mínimo, trabalhando 12 horas por dia. Então o programa era de meia hora, e durante dez minutos eu tinha uma palavrinha, A Voz dos que Sofrem. Então eu pegava casos verídicos, concretos, e jogava nesses dez minutos. Naturalmente a gente vai se envolvendo naquele negócio e, num determinado momento eu fazia denúncias diretas. Então eu dizia que na fábrica tal, de seu fulano está acontecendo isso com a operária fulana de tal. Isto foi um inferno! O bispo mandou-me chamar: "O que está acontecendo? Olhe aqui telegramas, cartas, telefonemas. Todo mundo contra,

protestando contra o programa da diocese..." "Mas eu não estou fazendo nada demais, estou lhe contando a verdade. O senhor acha que isso é justo?" "Não, não é justo, mas está havendo uma grita muito grande." Era dom Antônio Almeida Morais Júnior, arcebispo hoje de Niterói. Ele tem um livro muito interessante que é *Capital e trabalho*, muito interessante, muito bom. Então peguei um trecho do livro dele e quando foi um domingo, no programa "A Voz dos que Sofrem", simplesmente li o trecho. Quando terminou o programa, já estava o telefone tocando. Estava me chamando. Ele disse que no espaço de dez a 15 minutos, ele recebeu não sei quantos telefonemas contrários. Aí mandou me chamar: "O que é que houve? O que é que você fez no programa? Está havendo uma grita tremenda." "Está aí. Eu li um trecho do seu livro. Será que tem alguma coisa, subversão, comunismo?" Ele disse que não era possível. Digo: "Olhe, dom Antônio, eu sou um padre muito novo ainda, estou começando agora e não vou querer começar lhe criando problemas, lhe criando dificuldades. Está aqui o seu programa, eu não faço mais, eu só faço deste jeito, o senhor bote outra pessoa para fazer porque só faço nesses termos." "Ah, mas não é assim..." "Eu não faço de maneira alguma." Eu me mandei para Bom Conselho e cheguei lá, e no domingo ouvi o programa: era de música, música religiosa, música de câmara. No terceiro domingo ele conseguiu um outro padre para fazer o programa, e voltei para Jaboatão. Aí passei para Jaboatão.

A.C. - Antes de Jaboatão, o senhor esteve em Recife?

P.C. - Foi. Quando estive na Europa, que terminei os meus estudos, tive aquela experiência com abbé Pierre que foi muito significativa, sabe? Muito boa...

A.C. - Foi logo depois do seminário?

P.C. - Sim, quando terminei os estudos em Paris. Também tive vários contatos com monsenhor Cardjin, que era o fundador da JOC, Juventude Operária Católica. De modo que pude aproveitar e ver essas experiências. Tudo isto, de certo modo, me preparou para o trabalho.

A.C. - Quantos anos são de seminário?

P.C. - São 13 anos. Nós entrávamos pequenininhos, no primeiro grau, fazíamos exame de admissão e primeiro de ginásio. Com 11 anos entrava-se interno para o seminário.

A.C. - Quer dizer, eram quatro do ginásio, três do científico, sete mais...

P.C. - Eram quatro do ginásio, científico eram somente dois, depois fazia três de filosofia, e quatro de teologia.

A.C. - O de teologia o senhor completou na França?

P.C. - Completei na França. Foram dois anos lá. E lá fui fazer ciências sociais.

A.C. - Era possível, antes de terminar o seminário aqui, ir para a França?

P.C. - É. Lá a gente podia continuar o currículo [inaudível].

A.C. - Como o senhor conseguiu isso, o senhor se destacou nos estudos aqui? Como se dava a seleção?

P.C. - Geralmente o que se destacava de uma maneira ou de outra, eles escolhiam e mandavam. Muitos iam para Roma. Geralmente iam para Roma. Nessa época o nosso diretor de estudos era o padre Décio Rodrigues, que tinha feito todo seu estudo em Paris, no Instituto Católico e na Sorbonne. Então começou a haver uma certa divisão: encaminhavam o pessoal para Roma ou Paris. Então, o pessoal que devia ser encaminhado, escolhia se queria ir para Roma ou Paris. Eu preferi Paris, porque achava que era um centro mais dinâmico, havia maior número de experiências para visitar, acompanhar, do que o de Roma, onde os estudos eram mais clássicos. E em Paris a gente tinha mais liberdade de acompanhar outras experiências, que estivessem de acordo com nossa índole. O seminário de Roma era também mais rígido, mais fechado. O pessoal só podia sair em época de férias. Lá, em Paris, bastava dar conta do recado na faculdade, nas provas. Uma vez feitas as provas, a gente ficava livre para ir aonde quisesse, fazer o que quisesse, acompanhar qualquer experiência, visitar a paróquia que quisesse, Paris...

D.P. - O senhor fez o curso de ciências sociais?

P.C. - Não terminei, porque no terceiro ano o bispo me mandou chamar. Havia necessidade aqui, estava faltando gente, vários padres velhinhos, e ele mandou chamar um bocado de gente que estava terminando o estudo.

A.C. - O senhor era um caso excepcional dentro da Igreja, não? De uma formação muito sólida e uma experiência fora.

P.C. - É, de fato. Vários colegas não tiveram a oportunidade que eu tive. Tive ótimas oportunidades. Já o seminário aqui, naquela época, era muito fechado, mas eu e uns quatro colegas conseguimos, a muito custo com a direção, sair duas vezes na semana para dar catecismo a um grupo de crianças e, depois, a um grupo na Escola Técnica, aqui no Recife. Isto foi um escândalo do diabo mas nós conseguimos. Depois, já no final, lá mesmo dentro do seminário, conseguimos juntar todos aqueles meninos de Olinda, aqueles menininhos pobres e marginais, e chegamos a fazer 12 times de futebol. Eles iam para o seminário aos domingos à tarde, fazíamos campeonato, jogávamos futebol com eles e dávamos o catecismo, assistência religiosa a eles. Também foi uma experiência muito interessante. Depois dali, conseguimos montar uma escola com os meninos maiores, com oficina de carpintaria, máquinas. Os padres deram dinheiro e contrataram-se uns oficiais carpinteiros, marceneiros para dar aulas. Todas estas experiências foram novas. Muitos outros colegas não tiveram esta oportunidade. E aí Nosso Senhor tem que cobrar mais da gente.

A.C. - E o seu vínculo com a Igreja? O senhor deixou a batina?

P.C. - Bom, a batina já deixei há muito tempo. Deixei o ministério presbiterial, quer dizer que não posso ser mais vigário, não posso celebrar missa, não posso confessar. Pedi licença ao Santo Padre, o papa, ele concedeu a licença e me casei. Quem celebrou o casamento foi dom Hélder. Eu me casei, mas...

A.C. - O senhor se casou quando?

P.C. - Faz seis anos no dia 9 de julho agora. Mas foi tudo feito, assim, de uma maneira muito tranquila, não houve, assim, traumas, nem na minha família, na paróquia ou dentro da Igreja, acredito. Procurei preparar todo o pessoal da minha paróquia, conversando com as lideranças, com os vários núcleos, mostrando qual era a minha posição: era apenas a mudança de ministério, se antes eu fazia esse tipo de ministério, agora ia continuar na Igreja com outro tipo, mas ia continuar meu trabalho. Eles ainda andaram querendo fazer um abaixo-assinado com mais de seis mil assinaturas, para pedir ao papa para que eu continuasse ligado à Igreja. Eu disse que isto não adiantava, não estava dentro do contexto de Igreja.

A.C. - O senhor aceita esse contexto, acha justo que um padre para ter uma paróquia deva ser solteiro?

P.C. - Eu não digo justo, eu digo normal. Normal, contexto normal. Não é justo. É injusto. A Igreja é humana, se eu disser que existem injustiças na Igreja, não estou sendo contra a Igreja, a Igreja que amo, a quem dediquei minha vida e continuo dedicando, mas existem injustiças, esta é a sua parte humana. São resíduos da caminhada que ela vem fazendo pela história e de que ela vai procurando se purificar. O próprio papa João XXIII disse que era preciso ela se purificar e aparecer com a fisionomia mais nova diante do mundo, porque ela estava com a fisionomia muito feia e sua roupa estava carregando muita sujeira na história. Uma das injustiças é esta: o direito natural do homem constituir família. Este direito não pode ser derogado por uma legislação, mesmo eclesiástica. Isto não quer dizer que não exista o carisma do celibato, que eu seja contra o celibato. Isto existe na Bíblia, na escritura, é um valor. Agora, o que não pode ser é obrigatório. Então: eu quero ser padre, mas para ser padre, você tem de ser celibatário, é obrigado a ser celibatário, Não! Eu posso querer ser padre e não ser padre e não querer ser celibatário. Agora, eu sou casado e sou padre, mas a igreja me proíbe umas coisas por conta dessa legislação.

D.P. - O senhor continua padre?

P.C. - Eu sou padre, e ninguém pode tirar. Assim diz nossa doutrina. Quem se batiza, quem se crisma e quem se ordena, até no inferno continua batizado, crismado e padre. Ninguém pode mais tirar aquela sua qualidade. Agora, tira as funções, o ministério, o serviço, isto sim. E tira por vários motivos: porque o fulano se desgarrou da fé, ou porque se casou. Pode tirar por outros motivos.

D.P. - Cassou os seus direitos?

P.C. - Cassou os direitos. Mas é curioso: hoje trabalho muito mais na Igreja do que antes, e as minhas funções hoje na Igreja são cem vezes mais importantes pela repercussão do trabalho do que antes. Antes eu era vigário em uma paróquia de Jabotão. Hoje, escolhido pela unanimidade dos Bispos Regionais do Nordeste II, eu sou secretário do Regional do Nordeste II. Isto significa que toda a pastoral dessa região é coordenada por mim, e por conta disso sou chamado para todas as 19 dioceses. Nunca fiz tanta reunião com padre e com bispo como agora. Agora mesmo houve uma assembléia com 166 pessoas reunidas ali, padres, leigos, todos os bispos da Regional. Toda a assembléia foi preparada, coordenada por nossa equipe, e eu sou o coordenador, quer dizer, a repercussão do trabalho em termos de extensão e profundidade, é hoje



muito maior do que no outro ministério. Eu tinha lá um ministério de pároco; agora tenho um ministério de coordenação da Pastoral Regional. É outro tipo de ministério. É outro tipo de ministério que eu estou fazendo, quer dizer, não tive frustração nenhuma. Graças a Deus acertei na escolha da minha esposa. É uma camponesa muito simples. Eu tinha que me casar com camponesa, não é? No começo muita gente gritava, porque, primeiro, ela era mais jovem do que eu 16 anos quase; segundo, era uma menina sem cultura, quase nenhuma. Eu me casei, e ela já terminou o curso superior de pedagogia. Então, se eu tenho curso superior, ela também tem. Já me deu quatro filhos e vai me dar mais um. Todo ano um. Então tudo indica que o casamento foi abençoado por Deus, porque dizem que os filhos são a benção de Deus. Tudo indica que foi um casamento abençoado por Deus. Nós planejamos cinco e vamos parar nos cinco. Todos eles são muito lindos. Ela e eu nos damos muito bem, somos muito felizes. Ela entende meu trabalho, colabora, participa de uma equipe de acompanhamento dos camponeses. Todo mês se reúne. Vai muito bem, satisfeita...

A.C. - O senhor é muito próximo de dom Hélder no trabalho que faz.

P.C. - Sim, porque dom Hélder é presidente dessa Comissão Episcopal Regional, dom Lamartine é o vice-presidente, e eu sou o secretário. Estes três formam a presidência da Comissão Episcopal Regional, então é o único cargo no Brasil em que um leigo - e leigo padre casado - participa assim da Comissão Regional como secretário.

A.C. - Reúne quantas dioceses?

P.C. - São 19 dioceses. Naturalmente isto daí causa também estranheza em alguns setores, alguns bispos, mas a gente não procura forçar a barra, nem aparecer muito.

A.C. - O senhor continua com aquele seu estilo de trabalho tranquilo, discreto.

P.C. - Exato. Tranquilo e sabendo que a história é feita assim de pequenos passos, é um processo. Então nós vamos. Aquilo que a gente analisa e vê que pode dar esse passo, a gente dá e se não puder, não dá. Não interessa dar um passo sozinho: é preciso dar o passo conjuntamente, com outros, com um grupo maior. Quanto maior é o grupo que dá o passo, mais a gente faz história. Se a gente dá o passo sozinho, a gente não faz história, cria um caso, um caso da história, mas não faz a história. Então eu vou devagarinho se Deus quiser, para ver até aonde a gente vai.

[FINAL DO DEPOIMENTO]